



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.582-A, DE 2023

(Do Sr. Lafayette de Andrada)

Esta lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, institui a política nacional e estabelece normas que estabelecem direitos e deveres aos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de usuários; tendo parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, pela aprovação deste e do de nº 53/24, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda apresentada (relatora: DEP. MARIA DO ROSÁRIO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

COMUNICAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 53/24

III - Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Emenda apresentada
- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

PROJETO DE LEI Nº DE 2023 (Do Sr. LAFAYETTE DE ANDRADA)

Esta lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, institui a política nacional e estabelece normas que estabelecem direitos e deveres aos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de usuários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

"TÍTULO I DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E COMBATE INTEGRADO À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Nós, representantes do povo brasileiro, sob a égide da [Constituição Federal](#) que instituiu um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, no exercício de competência constitucional exclusiva do Poder Legislativo Federal, aprovamos esta Lei, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, institui a política nacional e estabelece:

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

I - princípios que harmonizam as dimensões individuais e coletivas dos direitos e liberdades fundamentais constitucionais exercidos na internet;

II - objetivos que garantem a pluralidade de convicções, a liberdade de expressão, a ordem social nas redes e a redução dos danos causados às pessoas e à coletividade pelo uso ilegal da internet;

III - normas que delimitam direitos e deveres:

- a. dos usuários de aplicação de internet, ao regular o exercício simultâneo de direitos e liberdades fundamentais, preservando o equilíbrio necessário à eficácia que lhes confere a Constituição Federal;
- b. dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, em cumprimento à Constituição Federal, que garante liberdade à iniciativa privada, fundamento de direitos e impõe função social às empresas, base para o estabelecimento de deveres e responsabilidades.

IV - normas que asseguram a integração entre poderes e órgãos públicos e destes com provedores e organizações da sociedade civil na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

V - regras de aplicação, interpretação e execução desta lei.

Art. 2º O Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL é baseado no regime legal de responsabilidade compartilhada decorrente da organização dos poderes públicos e da função social das empresas, ambas determinadas na Constituição Federal.

Art. 3º A defesa da liberdade de expressão e o combate à prática de atos ilegais na internet é direito de todos os brasileiros e seu exercício regular é de relevante interesse público.



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-5208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CAPÍTULO II **DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

Art. 4º Esta lei é aplicável aos poderes públicos, aos órgãos essenciais à justiça, aos provedores e aos usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, cujos atos sejam praticados, no todo ou em parte, em território brasileiro ou que nele produzam ou possam produzir efeitos.

§ 1º Aplica-se esta lei aos provedores que prestem serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de terceiros em caráter acessório a outras funcionalidades.

§ 2º A aplicação desta lei não prejudica a legislação que regula outros aspectos da prestação destes serviços, notadamente:

I - Código Civil (CC) - [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#);

II - Marco Civil da Internet (MCI) - [Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#);

III - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - [Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990](#);

IV - Estatuto da Pessoa Idosa (EPA) - [Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003](#);

V - Código de Defesa do Consumidor (CDC) - [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#);

VI - Lei que institui o Conselho de Comunicação Social (LCCS) - [Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991](#).

VII - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#).

VIII – Código Penal (CP) - [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#);

IX - Marco Legal da Atividade Publicitária (MLAP) - [Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965](#);

X - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) - [Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011](#);

XI - Lei dos Direitos Autorais (LDA) - [Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998](#);



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-5208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CD237445179500



CAPÍTULO III **DAS DEFINIÇÕES**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - aplicação de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;

II - aplicação de internet de grande alcance: aplicação de internet cuja soma dos números de usuários remetentes e de usuários destinatários de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários seja superior a dez milhões por mês;

III - armazenamento de conteúdo de usuário: serviço de alojamento virtual que consiste no armazenamento de informações prestadas por um usuário do serviço a pedido deste;

IV - dados de identificação: as informações contidas em documento válido no território brasileiro relativas ao nome da pessoa física ou jurídica e ao número de inscrição no CPF ou no CNPJ ou, no caso de estrangeiro, o nome civil, o país emissor e o número do passaporte;

V - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

VI - provedor: pessoa jurídica pública ou privada que detém direitos ou exerce controle de aplicação de internet, ou seja, aquela que presta serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo a pedido de usuário através de aplicação de internet;

VII - registro de acesso: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP.

VIII - dados de identificação: o conjunto formado pelo nome e o número de inscrição no CPF ou no CNPJ contido em documento válido no território brasileiro de pessoa responsável por conteúdo ou conta.

IX - terminal: o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet;

X - transmissão de conteúdo de usuário: serviço de transmissão de dados criptografados a pedido de usuário remetente para usuário destinatário que pode abranger armazenamento automático,



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

intermediário e temporário dos dados, desde efetuado apenas com o objetivo de tornar mais eficaz a transmissão posterior a outros destinatários usuários;

XI - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XII - usuário destinatário: aquele que recebe ou interage com conteúdo ou conta ou, ainda, aquela a quem o conteúdo ou a conta são exibidos através da prestação de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo na aplicação de internet do provedor por ação de usuário remetente;

XIII - usuário remetente: aquele que usa serviço prestado por provedor de aplicação de internet para solicitar transmissão ou armazenamento de informações para usuário remetente.

Parágrafo Único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, conforme estabelece o art. 2º do [Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#).

CAPÍTULO IV **DOS PRINCÍPIOS**

Art. 6º São princípios do SBDL e da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - PNDL:

I – defesa da democracia, do estado democrático, do pluralismo de ideias, inclusive políticas e dos direitos sociais;

II - garantia de efetividade aos direitos e liberdades fundamentais constitucionais, especialmente dos direitos à vida, à dignidade, à honra, à imagem e à intimidade e das liberdades de pensamento, de convicções, de crenças religiosas, de desenvolvimento da personalidade e de expressão;

III - liberdade de imprensa e acesso à informação;

IV – exercício harmônico de direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

V - preservação da dimensão coletiva de direitos e liberdades fundamentais;

VI – proteção prioritária de crianças e adolescentes e a máxima efetividade das do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VII - proteção especial das mulheres e dos idosos;

VIII - vedação de discriminações ilegais;

IX - respeito às minorias e à diversidade;

X - defesa do consumidor brasileiro;

XI - respeito ao conteúdo jornalístico original e às obras protegidas por direitos autorais e conexos, bem como à remuneração devida aos titulares;

XII - integração de ações públicas e privadas e regime legal de responsabilidade compartilhada que decorre da Constituição Federal;

XIII - celeridade da justiça, especialmente necessária quando o ato ilegal é praticado na internet;

XIV - desenvolvimento tecnológico e econômico e a livre iniciativa;

XV - reconhecimento das aplicações de internet como ferramentas de valor social, geradoras de trabalho e renda, essenciais à liberdade de expressão e de imprensa, promotoras de cidadania e desenvolvimento econômico;

XVI - prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos;

XVII - prevenção, a precaução e a mitigação de riscos sistêmicos e de efeitos não previstos na concepção e no funcionamento das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de terceiros;

XVIII - interesse público no estabelecimento de normas privadas complementares àquelas que os Poderes Públicos, constitucionalmente limitados, podem estabelecer.



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

XIX - respeito aos fatos históricos bem documentados relacionados a medidas de restrição de liberdade de expressão e de imprensa impostas por órgãos públicos.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do SBDL e da PNDL:

I - promover o bem comum e preservar a democracia e as pluralidades de consciência e de expressão que a sustentam;

II - impedir a censura ilegal das liberdades e a discriminação ilegal das pessoas, principalmente aquelas emanadas do poder público;

III - combater o abuso de poder econômico;

IV - promover a paz social, a justiça, a equidade e a inclusão;

V - reduzir a prática de atos ilegais na internet, bem como os danos causados às pessoas e à coletividade;

VI - assegurar a adoção de mecanismos efetivos de proteção prioritária de crianças e adolescentes na internet pelas autoridades públicas e pelos provedores;

VII - garantir o exercício regular de direitos e liberdades estabelecidos na Constituição Federal e na legislação brasileira, bem como o cumprimento de obrigações;

VIII - modernizar e ampliar os recursos tecnológicos disponíveis para agilizar o exercício das competências constitucionais pelos poderes públicos e das funções constitucionais dos órgãos essenciais à justiça;

IX - promover a integração das ações dos órgãos públicos e dos provedores e a cooperação técnica e financeira, destes com aqueles, com vistas à segurança e à celeridade da justiça;

X - incentivar o desenvolvimento de tecnologias e funcionalidades que ampliem o acesso a informações de qualidade e resguardecem direitos;

XI - garantir que os provedores e os serviços das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo respeitem a ordem jurídica e o povo brasileiros;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

XII - fomentar a gratuidade do uso de aplicações de internet geradoras de trabalho e de renda e daquelas relevantes ao exercício da cidadania, através do reconhecimento da legitimidade do equilíbrio econômico necessário à sua manutenção pela iniciativa privada;

XIII - incentivar o estabelecimento de normas complementares por Entidade Privada de Autorregulação - EPA, regulada por esta lei e orientada pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, bem como a adoção de regras de governança.

XIV - fomentar a educação digital e o respeito às pluralidades de pensamento e de expressão legítimas.

CAPÍTULO VI **DOS PODERES PÚBLICOS**

Seção I

Da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 8º A PNDL reúne o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes para integração dos poderes públicos e órgãos essenciais à justiça na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

§ 1º São diretrizes para integração dos poderes públicos e dos órgãos essenciais à justiça, na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet:

I - a educação digital dos membros e servidores dos poderes públicos;

II - a organização integrada de seus órgãos e das respectivas ações com as desenvolvidas pelos provedores e pelas organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

III - a interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos, inclusive entre os diferentes poderes e âmbitos da Federação e entre estes e os setores da sociedade, para permitir o intercâmbio de informações;

IV - a modernização da estrutura e dos recursos tecnológicos disponíveis para promover a celeridade no exercício das funções



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

públicas, com apoio do Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e de Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE e da sociedade civil, para promover o bem comum, a segurança e a celeridade da justiça;

V – a participação no Conselho de Comunicação Social - CCS, criado no art. 224 da Constituição Federal e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, através da designação de representantes no Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE.

§ 2º São instrumentos de efetivação da PNDL, entre outros:

I - o plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet;

II - os atos praticados no âmbito do Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE;

III - as ações dos poderes públicos, dos órgãos essenciais à justiça e sua integração com os provedores e as organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

IV - as ações desenvolvidas pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, no âmbito do Conselho de Comunicação Social;

V - as pesquisas científicas e tecnológicas e o bom uso de seus resultados;

VI - a educação digital da população brasileira.

Seção II
Do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e
Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 9º Cabe ao Poder Executivo Federal a elaboração do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de dez anos, a ser atualizado a cada dois anos, contendo:

I - diagnóstico atualizado do cenário;

II - proposição de cenários e prognósticos, incluindo análise das tendências internacionais;



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

III - metas e estratégias de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet;

IV - programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas, incluindo o incentivo à implementação de planos estaduais, distrital e municipais integrados ao plano nacional;

V - ações de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e ao aproveitamento de tecnologias para defender a liberdade de expressão e combater a prática de atos ilegais na internet;

VI - ações de promoção da educação digital da população brasileira;

VII - ações que promovam o respeito à diversidade, inclusive de crenças e opiniões e a harmonia social;

VIII - ações de integração entre das forças policiais, o Ministério Público e o Poder Judiciário e destes com os provedores de aplicação de internet;

IX - ações que incentivem a participação de órgãos públicos e da sociedade civil em programas de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet da sociedade civil, bem como o estabelecimento de metas de participação;

X - diretrizes para o planejamento de atividades que visem a defesa da liberdade de expressão e o combate integrado à prática de atos ilegais na internet pelos órgãos e entidades públicos;

XI - normas e condições de acesso a recursos da União, ou a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal;

XII – metas para aplicação de recursos públicos na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

XIII - meios de controle e fiscalização, no âmbito nacional, das ações do poder público estabelecidas no plano nacional;

XIV - criação de indicadores que auxiliem a avaliação de impacto das ações do poder público na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

Parágrafo único. O plano nacional será elaborado com participação social e considerará, entre outros aspectos, as melhores



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

práticas internacionais e os relatórios elaborados pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE.

Seção III
Do Uso de Aplicações de Internet de Transmissão e
Armazenamento de Conteúdo de Usuários pelos Poderes Públicos

Art. 10. É de interesse público o uso de aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de terceiros pelos poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelos órgãos essenciais à justiça, não cabendo-lhes restringir a publicidade das contas e dos conteúdos.

§ 1º A conta de pessoa jurídica do poder público deve disponibilizar canal para qualquer usuário da aplicação de internet reportar desinformação veiculada na conta institucional.

§ 2º Não caracteriza restrição à publicidade da conta e dos conteúdos a limitação ou supressão de manifestação pública de outro usuário da aplicação de internet na conta da pessoa jurídica do poder público.

§ 3º São vedados aos órgãos e entidades dos poderes públicos o uso e a contratação de serviço de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que não cumpra a legislação brasileira.

§ 4º A vedação do § 3º deste artigo não se aplica ao uso e à contratação de aplicação de internet estrangeira para comunicação com usuários fora do território nacional, no interesse dos brasileiros que estejam provisória ou definitivamente fora do país ou das relações exteriores do Brasil.

Art. 11. Em cumprimento ao art. 53 da Constituição Federal, as contas institucionais dos parlamentares em exercício, bem como seu conteúdo, não podem ser suprimidas ou ter alcance restringido por provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários.

§ 1º A faculdade de ter mais de uma conta em uma aplicação de internet estende-se aos parlamentares em exercício, desde que disponível para todos os usuários.

§ 2º Os parlamentares em exercício poderão indicar apenas uma conta como institucional em cada aplicação de internet.



CD237445179500





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

§ 3º Cabe ao provedor da aplicação de internet estabelecer os procedimentos de indicação das contas institucionais e de verificação de sua autenticidade, sendo-lhes vedado obstruir a imunidade parlamentar ou estendê-la indevidamente.

Art. 12. Os órgãos e entidades do poder público deverão conferir transparência ativa aos dados dos contratos que celebrarem com provedores de aplicações de internet, nos termos da legislação de transparência e acesso à informação.

TÍTULO II
DA TRANSMISSÃO E DO ARMAZENAMENTO DE CONTEÚDO DE
USUÁRIOS EM APLICAÇÕES DE INTERNET

CAPÍTULO I
DOS USUÁRIOS

Seção I
Dos Direitos

Art. 13. Ao usuário de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários são assegurados os seguintes direitos:

I – identificação do provedor na interface da aplicação de internet, bem como de sua representante brasileira, caso a sediada fora do território nacional;

II - adequação do ambiente da aplicação de internet à faixa etária recomendada pelo provedor nos termos e condições de uso;

III - não-discriminação ilegal ou abusiva e a correção de critérios adotados para segmentação e perfilização;

IV - identificação, em tempo real, da interação direta com sistema automatizado;

V - privacidade e a proteção de dados pessoais, nos termos da legislação específica.

VI - inviolabilidade e o sigilo de suas comunicações privadas, salvo determinação contrária por ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

VII - correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante requerimento próprio;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

VIII - exclusão de dados pessoais, mediante requerimento próprio, ressalvados aqueles necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda legalmente impostos ao provedor;

IX - disponibilização de informações claras e objetivas pelo provedor, nos termos e condições de uso, sobre:

a) a descrição geral da aplicação de internet e das finalidades de seu uso;

b) a faixa etária à qual o uso da aplicação é adequado;

c) o tratamento de dados pessoais e suas consequências e o uso de sistema automatizado com essa finalidade, se houver;

d) os tipos de segmentação e perfilização adotados e os dados utilizados para estas finalidades, bem como as consequências para o usuário;

e) as funções e características gerais dos sistemas automatizados envolvidos nos processos de tomada de decisão, segmentação, perfilização e moderação de conteúdo e conta;

f) as circunstâncias em que poderá haver interação direta do usuário com sistema automatizado;

g) as medidas de segurança que podem ser determinadas pelo provedor preventiva e reativamente, incluídas aquelas de moderação de conteúdo ou conta;

h) os procedimentos necessários para o exercício de direitos pelo usuário junto ao provedor.

X - conhecimento dos dados e critérios utilizados e da base legal ou contratual da decisão do provedor de supressão ou restrição de sua conta ou conteúdo e, caso o processo decisório se dê, no todo ou em parte, por sistema automatizado:

a) a descrição geral do sistema automatizado;

b) a proporção da contribuição do sistema automatizado para a tomada da decisão;

XI - contestação das decisões tomadas pelo provedor relacionadas à restrição ou supressão de sua conta ou de conteúdo em relação ao qual requereu transmissão ou armazenamento, de forma simples e gratuita;



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

15

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

XII - notificação ao provedor do uso da aplicação por outros usuários para transmitir ou armazenar conteúdo ilegal, de forma simples e gratuita;

XIII - obtenção de resposta, em linguagem clara, no idioma português e em prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso, à sua notificação ou contestação;

XIV - solicitação de intervenção ou revisão humana de decisão que envolva preponderantemente sistema automatizado e seja apta a produzir efeitos jurídicos relevantes ou que impactem de maneira significativa seus interesses.

XV - solicitação de substituição de conteúdo ou conta suprimidos pela decisão do provedor ou pela ordem judicial que determinou a supressão.

XVI - reparação civil de danos causados pelo uso ilegal da aplicação de internet, bem como a provocação das autoridades competentes com vistas à responsabilização criminal do usuário que solicitou a transmissão ou o armazenamento do conteúdo danoso;

XVII - transmissão ou armazenamento de conteúdo que consista em exercício de direito de resposta, de forma proporcional ao agravo, mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4 e do art. 50 desta lei.

§ 1º Prazo razoável é aquele previamente homologado pela EPA ou aquele estabelecido pelo provedor e promova o equilíbrio entre:

I - a gravidade do dano coletivo potencial da transmissão ou armazenamento do conteúdo reportado em notificação;

II - o alcance que o conteúdo reportado em notificação já obteve;

III - o volume de notificações relacionadas àquele conteúdo.

§ 2º A intervenção ou revisão humana referida no inciso XIV do *caput* deste artigo não será exigível caso, cumulativamente, o uso da aplicação de internet seja gratuito e o provedor seja associado à Entidade Privada de Autorregulação - EPA.

§ 3º Nos casos abrangidos pelo § 2º deste artigo, o provedor deverá implementar medidas alternativas determinadas pela EPA, a fim de assegurar a reanálise das decisões contestadas, levando em consideração os argumentos suscitados pelo usuário afetado.

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

16

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



§ 4º São nulos de pleno direito os termos e condições que violem direitos estabelecidos neste artigo.

Seção II

Do Dever Constitucional de Identificação

Art. 14. Em cumprimento à vedação estabelecida no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal, o usuário deverá identificar-se através de documento válido no território brasileiro para exercer sua liberdade de expressão.

§ 1º A proteção conferida no art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal determina o caráter sigiloso dos dados pessoais, bem como impõe que o registro e a guarda observem a legislação específica.

§ 2º Somente ordem judicial específica, observadas as disposições dos do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, poderá determinar a exibição de registro.

§ 3º A identificação de uma pessoa física ou jurídica é necessária ainda que a aplicação de internet seja usada no interesse de entidade despersonalizada.

§ 4º São crimes tipificados na legislação penal, dentre outros, a apresentação de documento falso, a falsificação de documento, a falsidade ideológica e o estelionato.

Seção III

Dos Deveres de Abstenção

Art. 15. É dever do usuário abster-se de:

I - requerer transmissão ou armazenamento de conteúdo em relação ao qual tenha conhecimento de que o teor ou os efeitos sejam contrários aos termos e condições de uso da aplicação de internet ou à legislação brasileira;

II - reputar ilegalidade ou desconformidade contratual a conteúdo ou conta em relação a que tenha conhecimento da legalidade ou da conformidade;

III - permitir que o provedor publique, em sua conta na aplicação de internet, se houver, conteúdo que consista em resposta a agravo para o qual tenha contribuído, mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



Seção IV

Das Responsabilidades

Art. 16. O usuário é responsável civil e criminalmente por todos os atos que pratica ao usar aplicação de internet, inclusive os relacionados a sua identificação para o provedor e à disseminação de conteúdo de autoria de terceiro.

CAPÍTULO II

DOS PROVEDORES

Seção I

Dos Direitos

Art. 17. São direitos do provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários:

I - remuneração pela prestação dos serviços;

II - manutenção do equilíbrio econômico, nos casos em que o uso do serviço seja gratuito;

III - determinação de caráter indispensável à disponibilização e ao consentimento de tratamento de dados pessoais pelo usuário, sob sigilo, em contraprestação à gratuidade do uso do serviço e desde que essenciais à preservação das finalidades empresariais;

IV - preservação do segredo comercial ou industrial, dos quais faz parte o balanceamento de critérios de segmentação e perfilização por sistemas automatizados;

V - livre estabelecimento de termos e condições de uso da aplicação de internet, observada a ordem jurídica brasileira, notadamente esta lei e aquelas elencadas no art. 4º, §2º;

VI - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos contrários às condições de uso da aplicação, preventiva ou reativamente, e a aplicação de medidas de supressão ou restrição de conteúdo, conta ou remuneração de usuário, desde que a moderação e seus processos constem dos termos e condições de uso;

VII - inserção de cláusula compromissória nos termos e condições de uso, observados os limites impostos na legislação específica e desde que o provedor seja associado à Entidade Privada de Autorregulação - EPA e, ainda, que haja aceite expresso e específico do usuário;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

VIII - livre associação a outros provedores e adesão a normas complementares de autorregulação setorial;

IX - elaboração e a adoção de códigos de conduta e outras medidas de governança empresariais.

Parágrafo único. O direito estabelecido no inciso III tem fundamento no art. 1º, inciso IV e no art. 170 da Constituição Federal, representa garantia de equilíbrio econômico e seu exercício está condicionado, cumulativamente:

I - ao fornecimento de informações claras, nos termos e condições de uso, sobre a imprescindibilidade de disponibilização de dados pessoais e de consentimento do tratamento dos dados para o uso gratuito da aplicação de internet;

II - à proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação específica;

III - ao aceite expresso e específico do usuário.

Seção II
Do Direito Específico do Provedor de Transmissão de
Conteúdo de Usuários

Art. 18. O provedor de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuários poderá adotar mecanismos de privacidade para garantir o sigilo das comunicações interpessoais insculpido no art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não poderão ser adotados mecanismos de privacidade que impeçam o provedor de cumprir deveres de registro e de guarda ou deveres específicos estabelecidos nesta lei.

Seção III
Dos Deveres Gerais nos Termos e Condições de Uso

Art. 19. O provedor de aplicação de internet deverá garantir a adequação dos termos e condições de uso à ordem jurídica brasileira e publicá-lo com licença aberta e em formato legível por máquina:

Parágrafo único. Os termos e condições de uso deverão ser redigidos no idioma português, em linguagem clara e objetiva e elencar os direitos e deveres do provedor e dos usuários, contendo ainda:



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrade@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

I - endereço eletrônico do provedor para recebimento de citações e intimações, nos termos da legislação processual;

II - sumário com as principais características dos serviços e os principais elementos contidos nos termos e condições de uso;

III - faixa etária dos usuários aos quais o serviço se destina;

IV - riscos potenciais do uso da aplicação e mecanismos de controle parental fornecidos ou compatíveis com a aplicação de internet;

V - informações sobre rastreamento de navegação para além de sua interface;

VI - os tipos de conteúdos que não poderão ser transmitidos ou armazenados;

VII – informação de que o conteúdo e a conta do usuário estarão sujeitos a medidas de segurança, inclusive à moderação;

VIII - informação sobre as circunstâncias em que as medidas de segurança poderão ser implementadas e suas consequências, especificando-as;

IX – informações sobre procedimentos para notificação do provedor e contestação de suas decisões;

X - os prazos razoavelmente estipulados para resposta à notificação e à contestação de decisão do provedor emanadas do usuário;

XI - a descrição geral dos sistemas automatizados e os principais parâmetros de recomendação, segmentação, perfilização e moderação;

XII - a advertência sobre a responsabilidade civil e criminal do usuário pelos atos praticados através da aplicação de internet, inclusive os relacionados à sua identificação civil e à disseminação de conteúdo ilegal de autoria de terceiro.

Art. 20. Os termos e condições de uso são cláusulas de contrato de adesão que obrigam o provedor e, ainda, o usuário que o aceitar expressamente.

§ 1º É válido o aceite expresso do usuário civilmente capaz, devendo o provedor, sob pena de nulidade do ato de consentimento, observar a legislação civil quanto à necessidade de representação ou assistência dos absoluta e relativamente incapazes.



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CD237445179500 ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

§ 2º A cláusula compromissória constante dos termos e condições de uso obriga o provedor e, ainda, o usuário que expressa e especificamente manifestar seu aceite.

§ 3º O tratamento de dados pessoais pelo provedor requer aceite expresso e específico do usuário, nos termos da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sendo facultado ao provedor condicionar o uso gratuito da aplicação de internet a tal aceite.

§ 4º O provedor poderá alterar unilateralmente os termos e condições de uso, desde que:

I – informe previamente o usuário, de forma clara, a justificativa da alteração; e

II - garanta ao usuário a possibilidade de resolução do contrato, em prazo razoável.

§ 5º Se a alteração unilateral dos termos e condições de uso for significativa, o provedor deverá requerer novo aceite expresso do usuário, em prazo razoável.

Seção IV

Dos Deveres Gerais de Identificação, Registro e Guarda

Art. 21. O provedor deverá exigir a identificação de uma pessoa física ou jurídica responsável por conteúdo e por conta.

§ 1º O provedor deverá registrar e guardar os dados pessoais em caráter sigiloso, pelo prazo de um ano, assegurando a proteção contida no inciso LXXIX, do art. 5º da Constituição Federal e na legislação específica.

§ 2º Promover o registro do acesso e manter as guarda das informações pelo prazo de um ano.

§ 3º Ordem judicial ou requerimento de autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou investigação de seu descumprimento pode determinar a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei, desde que observe as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º, do art. 50 e do art. 52.

§ 4º Somente ordem judicial específica poderá determinar a disponibilização de registro de identificação ou de acesso, de forma autônoma ou associada a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal,



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-5208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

21

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 22. O provedor deverá guardar pelo prazo de um ano, a partir da remoção ou supressão, dados e informações de conteúdo e conta que tenha restringido ou suprimido, bem como quaisquer dados conexos, em cumprimento aos deveres estabelecidos nesta lei.

Seção V
Do Dever Geral de Proteção Prioritária de Crianças e Adolescentes

Art. 23. O provedor deverá adotar medidas específicas de proteção prioritária de crianças e adolescentes, especialmente as seguintes:

I - estabelecer adequadamente a faixa etária à qual o uso da aplicação é indicado;

II - promover medidas efetivas de verificação de idade do usuário, caso o uso da aplicação não seja adequado para todos os públicos;

III - oferecer mecanismo de controle parental ou adequar a aplicação para uso de ferramentas destinadas ao cumprimento deste dever, caso tenha estabelecido nos termos e condições que o uso da aplicação é indicado para crianças ou adolescentes.

Parágrafo Único. É de interesse público que os provedores empreguem os melhores esforços na proteção prioritária de crianças e adolescentes, sendo-lhes facultada a adoção de medidas mais amplas que as estabelecidas neste artigo, como a disponibilização de canais específicos para notificação sobre abusos sofridos no ambiente da internet ou busca de apoio de autoridades competentes, dentre outras.

Seção VI
Dos Deveres Específicos do Provedor que Oferece Condições Diferenciadas de Uso para Finalidades Comerciais

Art. 24. O provedor de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que ofereça condições diferenciadas de uso para finalidades comerciais deverá garantir que a transmissão do conteúdo contenha identificação do usuário remetente acessível ao usuário destinatário.



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



Seção VII Dos Deveres Específicos do Provedor Remunerado

Art. 25. O provedor de aplicação de internet que prestar serviços mediante remuneração deverá informar quais serviços requerem remuneração, os tipos de conteúdo elegíveis, bem como aqueles que poderão ensejar limitação de alcance, em conformidade com a legislação brasileira.

Parágrafo único. Caracterizam prestação de serviço mediante remuneração, dentre outros, os seguintes:

- I - a publicidade de conteúdo ou conta;
- II - a propaganda, exceto aquelas a que a lei confira caráter gratuito;
- III - a ampliação de alcance de conteúdo ou conta;
- IV - a segmentação de usuários destinatários de transmissão ou armazenamento de conteúdo específico.

Art. 26. O provedor deverá registrar e guardar documento de identificação da pessoa responsável pelo contrato de prestação de serviço mediante remuneração e, caso não seja a mesma, da pessoa responsável pela produção do conteúdo transmitido ou armazenado.

§ 1º Os dados das pessoas físicas serão registrados e guardados em caráter sigiloso, exceto na hipótese mencionada no art. 24, observadas as disposições e exceções contidas na legislação específica de proteção de dados pessoais e de defesa do consumidor.

§ 2º O dever de guarda subsiste até um ano após a transmissão ou armazenamento do conteúdo.

§ 3º O descumprimento do dever estabelecido no *caput* deste artigo permite que o conteúdo transmitido ou armazenado seja atribuído ao provedor como próprio.

Art. 27. É vedado ao provedor receber remuneração por serviço de transmissão ou armazenamento de conteúdo manifestamente ilegal, notadamente o que:

- I - defenda, promova ou incite a violência, a intolerância, a discriminação ou qualquer distinção ilegal que importe em exclusão ou restrição em função de características pessoais;



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

23

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

II - tenha como efeito anular ou restringir o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, de direito ou liberdade fundamental, especialmente em razão de características pessoais e convicções políticas ou religiosas;

III - apresente indícios de abuso contra criança ou adolescente, crimes contra a soberania nacional, contra o estado democrático de direito e de terrorismo;

IV - contrarie as normas brasileiras relacionadas a publicidade e propaganda.

§ 1º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade às normas brasileiras pode ser atestado de pronto, por qualquer pessoa de habilidades medianas, sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica.

§ 2º As vedações previstas no *caput* deste artigo são aplicáveis a todas as partes do conteúdo, inclusive imagem, vídeo, miniatura, título, descrição e etiquetas.

Art. 28. O provedor deverá identificar de forma clara, inequívoca e em tempo real, o caráter pago da transmissão ou do armazenamento aos usuários, fornecendo-lhes informações:

I - de que conteúdo é transmitido ou armazenado mediante remuneração, por meio de sinalização visível na interface da aplicação;

II - dos principais parâmetros utilizados para determiná-lo como destinatário da transmissão ou armazenamento do conteúdo, acessíveis a partir do conteúdo pago;

III - das formas de alteração dos parâmetros de segmentação pelo usuário, se houver.

Seção VIII

Dos Deveres Específicos dos Provedores de Armazenamento

Art. 29. O provedor de aplicação de internet de armazenamento, em cumprimento à função social constitucionalmente atribuída à empresa, deverá adotar as seguintes medidas de moderação de conteúdo ilegal reativamente:

I - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos ilegais, de forma preventiva e reativa;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

24

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

II - restrição de alcance ou supressão de conteúdo e conta e da remuneração de usuário, nas condições estabelecidas nesta lei, a partir do momento em que tenha conhecimento da ilegalidade do conteúdo.

§ 1º O provedor deverá adotar medidas preventivas de supressão de conteúdo que contenha imagens, vídeos ou outros materiais que representem abuso, inclusive sexual, de crianças e adolescentes.

§ 2º Os mecanismos de identificação de conteúdos ilegais podem ser automatizados, caso o uso do serviço seja gratuito e o provedor seja associado à Entidade Privada de Autorregulação - EPA.

Art. 30. Presume-se o conhecimento do provedor sobre a transmissão ou armazenamento de conteúdo ilegal na aplicação de internet quando:

I - intimado regularmente de ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

II - recebido requerimento específico validamente emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, observado o disposto no art. 52 desta lei;

III - notificado por qualquer usuário, na forma estabelecida e após o decurso integral do prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso para resposta, que informe que conteúdo ou uma conta específicos:

a) contem imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, sem autorização de seus participantes;

b) é manifestamente ilegal.

§ 1º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade à ordem jurídica brasileira pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa com habilidades medianas, sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica.

§ 2º O provedor deverá adotar medidas preventivas de supressão de conteúdo que contenha imagens, vídeos ou outros materiais que representem abuso, inclusive sexual, de crianças e adolescentes.

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

Art. 31. O provedor de internet deverá remunerar o titular de direitos econômicos pela transmissão, armazenamento ou indexação do conteúdo.

§ 1º São titulares de direitos econômicos, para os fins desta lei:

I - aquele que a legislação brasileira de direitos autorais e conexos assim caracterizar;

II - a pessoa jurídica estabelecida no Brasil que, independente do meio utilizado, promove regularmente a edição de jornal, revista ou qualquer outro tipo de repositório de notícias.

§ 2º O titular de direitos econômicos ou seu representante deverá notificar o provedor da sua intenção de firmar contrato de remuneração.

§ 3º As condições, critérios, formas e prazos de remuneração dos titulares de direitos econômicos deverão considerar a totalidade das receitas, inclusive de publicidade, geradas em benefício do provedor e serão estabelecidos em contrato.

§ 4º Caso o provedor se recuse ou permaneça inerte por mais de quinze dias após o recebimento da notificação, o titular de direitos econômicos poderá requerer que as condições, critérios, formas e prazos de remuneração sejam estabelecidos por decisão judicial.

§ 5º O titular de direitos econômicos poderá excluir do dever de remuneração a transmissão ou armazenamento exclusivo de Localizador Padrão de Recurso (URL) e o uso de *hyperlinks* pelo provedor.

§ 6º É vedado ao provedor frustrar ou reduzir a remuneração devida ao titular de direitos econômicos por quaisquer meios, inclusive através de contabilização de receitas em domicílio fiscal situado no exterior.

§ 7º Excluem-se do dever de remuneração os usos permitidos por limitações e exceções legais aos direitos autorais e conexos.

Seção IX
Dos Deveres Específicos do Provedor de Transmissão

Art. 32. O provedor que oferece serviço de transmissão de conteúdo de usuários, mesmo que de forma acessória a outros serviços, sem acesso ao teor do conteúdo que transmite, deverá guardar informações suficientes para identificar a primeira conta da cadeia de

* CD 237445179500 *
ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

transmissões cujo conteúdo for denunciado como ilegal por um ou mais usuários da aplicação de internet.

§ 1º O dever de guarda permanece até um ano após a última denúncia.

§ 2º O provedor só poderá disponibilizar as informações relacionadas no *caput* deste artigo em cumprimento a ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 33. O provedor de serviço de transmissão de conteúdo de usuários deverá adotar mecanismos para garantir que o usuário possa:

I - consentir previamente para ser incluído em grupos de mensagens, listas de transmissão ou outros tipos de agrupamentos de usuários;

II - modificar os parâmetros relacionados à necessidade de identificação do usuário remetente na lista de contatos do usuário destinatário ou à necessidade de identificação do usuário destinatário na lista de contatos do usuário remetente.

Parágrafo único. O provedor deverá garantir que o conteúdo de usuário remetente que utilize o serviço para difusão ao público de informações não criptografadas em que usuários podem se inscrever como destinatários contenha etiqueta de identificação da conta de origem quando transmitido.

Seção X
Dos Deveres Específicos do Provedor de Aplicação de Internet de Grande Alcance

Art. 34. Os provedores de aplicação de internet de grande alcance devem manter a informação de que a aplicação de internet é caracterizada como de grande alcance acessível ao público em geral, não somente aos usuários.

Parágrafo único. As aplicações de internet de grande alcance serão consideradas meios de comunicação social para efeitos:

I - de aplicação das normas brasileiras relacionadas à publicidade e à propaganda;

II - do disposto no art. 22 da [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#), a partir de 15 de agosto do ano eleitoral e até o encerramento da eleição.



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

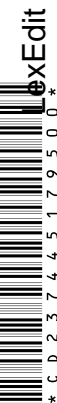
27

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

Art. 35. Os provedores, considerando a ampliação do risco de danos ocasionada pela velocidade de disseminação de conteúdos e pelo grande alcance da aplicação de internet, serão obrigados a:

- I - elaborar e adotar código de conduta empresarial;
- II - disponibilizar ao usuário repositório dos conteúdos pagos destinados a ele nos últimos seis meses;
- III - aprimorar continuamente os processos de moderação de conteúdo para garantir mais agilidade e qualidade às decisões de restrição ou supressão e às respostas a notificações e contestações de usuários.
- IV – adotar medidas de identificação, análise e atenuação de riscos sistêmicos decorrentes da concepção ou do funcionamento da aplicação de internet e de seus sistemas, inclusive automatizados;
- V – elaborar relatórios semestrais de atuação que demonstrem o cumprimento dos deveres legais e autorregulatórios e as ações implementadas em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais;
- VI - apresentar os relatórios semestrais mencionados no inciso V do *caput* deste artigo ao Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE para análise.

§ 1º Os relatórios mencionados no inciso V do *caput* deste artigo deverão incluir o número de usuários da aplicação de internet atualizado e:

- I - o número de notificações de usuários sobre conteúdo ilegal e de decisões de supressão e de restrição tomadas reativamente;
- II - o número de contestações de usuários às medidas de moderação e de decisões revertidas;
- III - informações sobre os tipos de ilegalidade que mais ensejaram medidas de restrição e supressão, tanto aplicadas diretamente pelo provedor, quanto em cumprimento a determinações judiciais;
- IV - informações sobre medidas de moderação preventiva e sua efetividade, especialmente aquelas que visam impedir a disseminação de conteúdos relacionados a abusos contra crianças e adolescentes, impactos negativos relevantes na dimensão coletiva de direitos e



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

liberdade fundamentais, a incitação e a prática de crimes contra a soberania nacional, o regime democrático e o pluripartidarismo;

V - informações suficientes para demonstrar o cumprimento dos deveres estabelecidos nesta lei, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Cabe à EPA, ouvido o CDLE, estabelecer formas e critérios de cumprimento das obrigações elencadas nos incisos do *caput* deste artigo para os provedores associados, em caráter complementar a esta lei, sem contrariá-la.

§ 3º Caso a EPA não seja instituída nos moldes desta lei ou, ocorrendo sua instituição regular, se não forem editados os atos normativos complementares necessários à análise do CDLE, caberá a este Comitê estabelecê-los, com base nesta lei, sem contrariá-la.

§ 4º As análises do CDLE considerarão o conjunto de esforços e medidas adotadas pelo provedor, não cabendo análise de casos específicos.

Art. 36. O provedor deverá atender, em prazo razoável, requerimento do CDLE de acesso a informações gerais que contribuam para a defesa da liberdade de expressão e para o combate à prática de atos ilegais na internet pelos poderes públicos.

Seção XI
Do Dever de Adequação à Ordem Jurídica Brasileira do
Provedor Estrangeiro

Art. 37. A prestação de serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários através de aplicação de internet no âmbito especificado art. 4º desta lei requer adequação à ordem jurídica brasileira.

Art. 38. O provedor estrangeiro deverá ser representado no Brasil por pessoa jurídica com capacidade funcional e financeira de cumprir integralmente as determinações de autoridades públicas brasileiras destinadas à representante.

§ 1º A pessoa jurídica representante deverá assumir em instrumento público, sob responsabilidade, as seguintes obrigações:

I - reconhecer os contratos de prestação de serviço mediante remuneração celebrados pela representante, inclusive os de publicidade, propaganda e ampliação de alcance;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

II - garantir que o contrato de prestação de serviço mediante remuneração e que o conteúdo pago transmitido ou armazenado pela representada respeitem a ordem jurídica brasileira, inclusive em relação às restrições impostas à publicidade e à propaganda.

§ 2º O instrumento público de representação mencionará o endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações emitidas por autoridades brasileiras, nos termos da legislação processual, e deverá conter poderes específicos para que a representada, em âmbito judicial e extrajudicial:

I - receba citação, intimação, notificação e demais comunicações;

II - responda, manifeste, transija, firme compromisso e celebre acordo;

III - cumpra ordens judiciais e outras determinações das autoridades públicas brasileiras dirigidas à representada.

§ 3º A autoridade competente poderá requerer judicialmente a imposição de sanções à representante e à representada, inclusive a suspensão de atividades no Brasil, até o cumprimento integral das obrigações determinadas neste artigo.

§ 4º As empresas que compõem o grupo econômico da representante, em âmbito nacional ou internacional, são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações determinadas neste artigo.

Seção XII

Das responsabilidades dos provedores

Art. 39. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor só poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes da transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuário se houver:

I - ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, da qual o provedor tenha sido regularmente intimado;

II - requerimento específico, observado o disposto no art. 55 desta lei, emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, que tenha efetivamente recebido;



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

III - notificação de qualquer usuário, decorridos integralmente os prazos estipulados nos termos e condições de uso para respostas, que informe que o conteúdo:

a) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de abusos contra criança ou adolescente;

b) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, da qual o usuário afirme participar, transmitidos ou armazenamento sem sua autorização;

c) é manifestamente ilegal.

IV - comprovação de descumprimento do dever de garantir a adequação à ordem jurídica nacional em relação a conteúdos transmitidos ou armazenamentos mediante remuneração ou do dever de proteção de dados pessoais.

§ 1º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade à ordem jurídica brasileira pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa com habilidades medianas, sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica.

§ 2º A notificação prevista no inciso III do caput deste artigo deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação e localização específicas do material ilegal e, caso o usuário notificante pretenda conscientemente induzir o provedor a erro, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente.

§ 3º A responsabilidade civil do provedor é subjetiva e solidária, enseja direito de regresso contra o usuário remetente e só é cabível quando, cumulativamente:

I - ocorrer uma das hipóteses especificadas no *caput* deste artigo;

e

II - o provedor não tomar providências para, no âmbito e nos limites técnicos do serviço, restringir ou suprimir o conteúdo ou a conta.

Art. 40. A responsabilidade civil do provedor por conteúdo de usuário será objetiva apenas no caso de descumprimento de obrigação de registro ou de guarda estabelecida nesta lei.

Art. 41. A adesão voluntária do provedor de aplicação de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de terceiro à Entidade Privada de Autorregulação - EPA constituída conforme esta lei

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrade@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

31

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



enseja presunção de boa-fé e deverá ser considerada em decisões judiciais.

TÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NA DEFESA DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO E NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA
INTERNET

CAPÍTULO I
DO COMITÊ DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
INTEGRAÇÃO NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA
INTERNET

Art. 42. Ao Conselho de Comunicação Social - CCS, criado pela Constituição Federal em seu art. 224 como órgão auxiliar do Poder Legislativo Federal e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, foi atribuída competência para cumprir as solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII - *Ordem Social*, Capítulo V - *Comunicação Social*, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A atribuição especial conferida na alínea “a” do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 ao Conselho de Comunicação Social, será exercida pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, instituído no âmbito do CCS como órgão multissetorial com autonomia funcional e regimento interno próprio.

CAPÍTULO II
DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PRIVADA

Seção I
Disposições Gerais

Art. 43. Os provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, exercendo a liberdade constitucional de associação, poderão instituir entidades privadas, inclusive de autorregulação.

Seção II
Da Entidade Privada de Autorregulação

Art. 44. A Entidade Privada de Autorregulação Regulada - EPA, desde que constituída e em operação integralmente conforme as disposições desta lei, participará do Comitê de Defesa da Liberdade de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet
- CDLE, nos termos da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O instrumento público de constituição da EPA deverá mencionar, no mínimo:

- I - sua autonomia funcional, orçamentária e financeira;
- II - sua sede e foro no Distrito Federal;
- III - sua jurisdição nacional; e
- IV - seu custeio pelos provedores que a ela aderirem.

Art. 45. O regimento interno da Entidade Privada de Autorregulação - EPA deverá:

I - determinar que a participação financeira dos provedores no custeio da entidade observe o número de aderentes e a proporção da participação de cada um no mercado brasileiro;

II - prever que haverá, dentre outros, os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente e Superintendente-Geral;

III - prever as hipóteses em que, no interesse da entidade, o Superintendente-Geral poderá substituir o Presidente ou o Vice-Presidente da entidade no CDLE;

IV - prever a capacidade da EPA para celebrar acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça;

V - estabelecer as competências da EPA, sem prejuízo daquelas constitucionalmente conferidas aos poderes públicos e das funções do Ministério Público, observada a regulação desta lei e a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

VI - prever o caráter obrigatório dos atos normativos e das decisões da EPA para os provedores associados.

Parágrafo único. As competências estabelecidas conforme o inciso IV do *caput* deste artigo incluirão:

- I - a edição de atos normativos que:
 - a) instituem obrigações complementares para efetivação dos objetivos do SBDL;



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



b) determinem os procedimentos necessários para cumprimento das obrigações complementares e estabeleçam critérios de avaliação;

c) instituem sanções por descumprimento das obrigações complementares, aptas a desencorajar seu descumprimento;

d) estabeleçam critérios de aplicação gradativa de penalidades que guardem proporção com a capacidade econômica do provedor;

II - a aplicação das sanções mencionadas na alínea "c" do inciso I do parágrafo único deste artigo;

III - a elaboração e o encaminhamento trimestral de relatórios para o CDLE, que comprovem a atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

IV - a celebração de acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça, com efeito vinculativo para os provedores associados;

V - a homologação de prazos razoavelmente estabelecidos pelos provedores associados nos termos e condições de uso das aplicações de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários;

VI - outras que os provedores associados, observando esta lei, validamente estabelecerem.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Na interpretação e na aplicação desta lei serão levados em conta, além dos princípios e objetivos previstos e do regime legal de responsabilidade compartilhada, a natureza da internet, seus usos e costumes e sua importância para a promoção do desenvolvimento humano, econômico-social e cultural.

Art. 47. A distribuição de competências indelegáveis aos poderes públicos na Constituição Federal, assim como o estabelecimento de funções essenciais à justiça, impõem que a interpretação das obrigações e das hipóteses de responsabilização dos provedores de aplicação de internet seja sempre restritiva.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

Art. 48. A guarda e a disponibilização dos registros de identificação e de acesso a aplicações de internet de que trata esta lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

Art. 49. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial ou arbitral, em caráter incidental ou autônomo, requerer justificadamente ao juiz que ordene ao provedor responsável pela guarda de registros de identificação de usuário determinado ou de acesso específico:

I - a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei pelo prazo necessário à efetivação da justiça;

II - a exibição dos registros.

§ 1º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e

III - período ao qual se referem os registros.

§ 2º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, a ordem judicial que determine a prorrogação do prazo legal de guarda de registros de identificação e acesso ou sua exibição ou aquela que determine a restrição ou supressão de conteúdo ou conta, deverá conter, sob pena de nulidade:

I - informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara, específica e suficiente;

II - determinação expressa e específica de limitação ou supressão de conteúdo ou conta determinados;

III - o prazo e a extensão das determinações contidas na decisão;

IV - as formas, as condições e o prazo relacionados ao exercício constitucional do direito de resposta, nos casos em que for determinado.

§ 3º A autoridade judicial deverá atentar-se para os prazos legais de guarda determinados nesta lei, devendo restringir as solicitações a



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

conteúdo transmitido ou armazenado até um ano antes da data da intimação eletrônica do provedor.

§ 4º Caso a ordem judicial seja dirigida a provedor de transmissão, deverá limitar-se a determinar o fornecimento de informações suficientes para identificar a primeira conta denunciada por outros usuários, observada a contagem do prazo legal de guarda a partir da última notificação de denúncia recebida pelo provedor;

§ 5º O juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 6º Não configura descumprimento de decisão judicial a prática de atos necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda estabelecidos nesta lei.

Art. 50. Cabe ao juiz tomar as providências necessárias à garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário, podendo determinar segredo de justiça, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.

Art. 51. Na aplicação de sanções pelo descumprimento desta lei, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Art. 52. A autoridade policial ou o Ministério Público poderá requerer ao provedor que os registros de acesso sejam guardados por prazos superiores aos dos deveres de guarda, especificando as informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara e suficiente.

§ 1º A autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de prorrogação do prazo legal de guarda ou para exibição dos registros.

§ 2º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no caput deste artigo, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 1º.



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 *



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

§ 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4 e do art. 50 desta lei.

Art. 53. A defesa dos interesses e dos direitos estabelecidos nesta Lei poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma da lei.

Art. 54. A Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A - É instituído, no âmbito do Conselho de Comunicação - CCS, o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, órgão multissetorial, com autonomia funcional e regimento interno próprio cabendo-lhe, com exclusividade e nos termos da legislação, a atribuição elencada na alínea "a" do *caput* do art. 2º desta lei.

Art. 2º-B - Compete ao Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, no exercício da atribuição elencada na alínea "a" do *caput* do art. 2º desta lei, com autonomia e exclusividade:

I - promover a integração e a articulação entre os Poderes Públicos, os provedores de aplicação de internet e as organizações da sociedade civil para celebração de acordos de cooperação que:

a) confirmam proteção prioritária às crianças e adolescentes;

b) contribuam para a manutenção da saúde pública e a minimização de danos em calamidades públicas;

c) garantam celeridade à efetivação da justiça, inclusive através da disponibilização de ferramentas tecnológicas que contribuam para a eficiência no desempenho de funções constitucionais pelas autoridades competentes;

d) acelerem o desenvolvimento de tecnologias que proporcionem mais segurança ao ambiente virtual, especialmente na prevenção de crimes contra o estado democrático de direito, crimes de discriminação e crimes contra crianças e adolescentes;

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



F:
Câmara dos Deputados
Gabinete 208
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

37

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

e) contribuam na diminuição do número de medidas de moderação de conteúdos, sem prejudicar a segurança no ambiente da internet;

f) dificultem o fornecimento de informações pessoais falsas por usuários aos provedores;

g) permitam que informações de interesse social, como aquelas referentes à promoção da saúde pública ou à minimização de danos em calamidades públicas alcancem amplamente a população brasileira com menos gastos públicos;

h) otimizem as ações dos poderes públicos para promoção da cidadania, para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a geração de trabalho e renda aos brasileiros;

i) ampliem a eficácia das ações das autoridades públicas para proteção de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e qualquer outro grupo hipossuficiente;

j) consistam em apoio tecnológico ou financeiro dos provedores aos poderes públicos no desempenho de suas funções constitucionais;

k) promovam a integração geopolítica do Brasil com outros países na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

II - trimestralmente, receber e analisar relatórios da Entidade Privada de Autorregulação - EPA, instituída conforme a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, que demonstre sua atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

III - semestralmente, receber e analisar relatórios dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuário de grande alcance, nos termos da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL;

IV - anualmente, elaborar relatórios sobre as ações integradas e de seus resultados para subsidiar as



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

atualizações do plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet e encaminhá-los ao Poder Executivo Federal;

V – elaborar seu regimento interno, observadas as disposições desta lei e da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Congresso Nacional;

VI - editar os atos normativos complementares à regulação estabelecida na Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, caso não seja instituída a Entidade Privada de Autorregulação - EPA, nos termos da lei referida, ou, havendo a instituição, caso a EPA não estabeleça normas autorregulatórias necessárias ao exercício das competências legais do CDLE.

Parágrafo único. É atribuição de cada membro do CDLE identificar propor ações que promovam os objetivos elencados na Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL.

"Art. 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social - CCS, respeitadas a atribuição e as competências exclusivas conferidas nesta lei ao Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela mesa do Congresso Nacional." (NR)

"Art. 4º

X - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de terceiro;

XI - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de terceiro.
....." (NR)



F: 15 Deputados
Gabinete 208
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:
Rua Felipe dos Santos, 901
11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes
CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CD237445179500
ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

"Art. 4º-A - O Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE compõem-se de:

I - dois representantes do Senado Federal;

II - dois representantes da Câmara dos Deputados;

III - um representante do Ministério das Comunicações;

IV - um representante do Ministério da Justiça e Segurança;

V - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - um representantes do Conselho Nacional de Justiça;

VII - um representante do Conselho Nacional do Ministério Público;

VIII - um representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil;

IX - o Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;

X - o Vice-Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;

XI - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuário associadas à EPA;

XII - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de usuário associadas à EPA;

XIII - um representante de associação de provedores de conexão à internet;

XIV - dois representantes de organizações da sociedade civil cuja finalidade seja semelhante a pelo menos um dos objetivos do SBDL.

§ 1º Cada membro do CDLE terá um suplente exclusivo.



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-5208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* CD 237445179500 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

§ 2º Os membros elencados no inciso XIV do *caput* deste artigo e seus respectivos suplentes serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 3º Os membros do CDLE e seus respectivos suplentes serão nomeados pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 4º O regimento interno do CDLE, observada esta lei e as normas da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, disporá, dentre outras regras, sobre:

I - sua coordenação, determinando os critérios de eleição, substituição e alternância;

II - o funcionamento normal do Comitê com a composição reduzida aos membros elencados nos incisos I a VIII, XIII e XIV do *caput* deste artigo, caso a EPA não seja instituída nos termos da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL;

III - o mandato dos membros do CDLE, cujo prazo será de dois anos, exceto para os membros mencionados nos incisos IX e X do *caput* deste artigo e as hipóteses de recondução;

IV - as sessões ordinárias e extraordinárias, sua convocação, o quórum de instalação e o de decisão;

IV - a autorização regimental para que o Superintendente-Geral da EPA, instituída nos termos da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, substitua o Presidente e o Vice-Presidente da entidade nas sessões do CDLE, no interesse da EPA.

§ 5º A participação no CDLE é de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração."

"Art. 8º

§ 1º Haverá nova eleição para o Conselho de Comunicação Social - CCS, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, sendo permitida a recondução de membro em exercício.

§ 2º Os membros do CDLE mencionados no inciso XIV do artigo art. 4º-A desta lei serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL.

§3º O Conselho de Comunicação Social - CCS e o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE serão nomeados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até quarenta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, devendo ser instalados em até cinco dias após as nomeações." (NR)

Art. 55. A Lei nº 13.709, de 14 de abril de 2018 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º
.....

V - por provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de terceiro, naquilo que contrariar a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL.

....." (NR)

Art. 56. A Lei nº 12.695, de 23 de abril de 2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

....." (NR)

"Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de



F:
Deputados
Gabinete 208
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:
Rua Felipe dos Santos, 901
11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes
CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0
ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

comunicações por provedores de conexão à internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

....." (NR)

“§ 3º Os provedores de conexão à internet deverão prestar, na forma da regulamentação, informações que permitam a verificação quanto ao cumprimento da legislação brasileira referente à coleta, à guarda, ao armazenamento ou ao tratamento de dados, bem como quanto ao respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações.

....." (NR)

Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão à internet.

....." (NR)

Art. 57. Ficam revogados os art. 15, 16, 17, 19, 20 e 21 da Lei nº 12.695, de 23 de abril de 2014.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a publicação oficial.” (NR)



F:

Deputados
Gabinete 208

1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

43

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



ExEdit



JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei contém uma proposta que estrutura o “Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet” - SBDL, e institui a política nacional estabelecendo normas que determinam direitos e deveres aos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de usuários.

Há urgência em aprovarmos uma lei que promova segurança e confiabilidade aos ambientes públicos da internet. Ela faz-se necessária diante da insegurança existente nas relações entre os entes envolvidos.

A urgência surge, também, da transformação substancial das relações humanas com o advento da internet. Os poderes públicos ainda não estão preparados para exercer suas competências nas redes. Isso é notório. É um problema complexo e a solução é necessária, mas não virá do dia para a noite.

A pressa em combater a prática de atos ilegais na internet não justifica a imposição das funções públicas, indelegáveis, à iniciativa privada.

Esta proposta apresenta um texto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet, concebido sob uma perspectiva constitucionalista e integradora.

A [Constituição](#) é a lei fundamental de um país. A brasileira de 1988 instituiu um “Estado Democrático de Direito”. Portanto, enquanto estiver vigente esta CF, as leis, as decisões judiciais, os decretos regulamentares, enfim, todos os atos dos poderes públicos só serão válidos se respeitarem a democracia.

O Legislativo, o Executivo e o Judiciário representam a organização dos poderes do povo no estado democrático de direito brasileiro. Cabe a eles, harmonicamente, preservar a democracia, desenvolvendo as competências definidas e limitadas constitucionalmente.

Não cabe a nenhum dos três poderes atentar contra a democracia. Por outro lado, cabe aos três preservá-la, cada um de uma forma.

O Legislativo, composto pelos representantes eleitos diretamente pelo povo, é o órgão plural a quem cabe o juízo de mérito, ou seja, a análise da matéria que se tornará lei. Com exclusividade. Assim, o Congresso Nacional analisa, debate, decide o conteúdo, vota e aprova os instrumentos de



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

materialização da vontade do povo, as leis, que não podem contrariar a Lei Maior.

Ao Executivo, composto por uma estrutura robusta e capilarizada, cabe executar a vontade do povo materializada nas leis, sem jamais contrariá-la, distribuindo os recursos públicos e promovendo ações que efetivem os direitos sociais das pessoas. Dentre os direitos sociais está a segurança.

Cabe ao Executivo garantir a ordem social através das forças policiais civis e militares e dos órgãos de fiscalização. A estes últimos, compete a fiscalização do cumprimento dos deveres dos cidadãos em relação à administração pública, da prestação de serviços públicos, inclusive por concessão e autorização e, ainda, da gestão dos recursos públicos. Dentre os órgãos de fiscalização estão as agências reguladoras, por exemplo.

Em nossa ordem constitucional não é possível atribuir a um órgão do Poder Executivo, mesmo da administração indireta, a competência para fiscalizar atividades privadas, como é o caso das relações estabelecidas pelo uso das redes sociais.

Órgão público fiscaliza serviço público concedido ou autorizado, fiscaliza setores privados que usam recursos públicos, enfim, o poder fiscalizador conferido pela [Constituição](#) ao Executivo é baseado no caráter público do serviço ou da verba. Estamos aqui a regulamentar relações privadas, relações que ocorrem entre particulares, através da iniciativa privada e que relaciona-se a exercício de liberdade fundamental, liberdade de expressão, aquela em que se fundamenta a democracia.

Não sou e nunca serei a favor de qualquer espécie de censura à liberdade de expressão, principalmente da censura arbitrária através de órgãos públicos.

Isso não quer dizer que a internet é “terra sem lei”. Qualquer ato praticado nas redes deve necessariamente obedecer a legislação brasileira, civil e criminal.

A função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis foi atribuída pela [Constituição](#) ao Ministério Público. É ele que fiscaliza se a vontade do povo, materializada nas leis, está sendo cumprida. Em caso de descumprimento, o MP deve acionar o Poder Judiciário. O que não prejudica a possibilidade do cidadão requerer judicialmente a efetivação da justiça na defesa de seus direitos.

O Judiciário, composto por magistrados com amplo conhecimento jurídico, analisa os fatos e determina a aplicação da vontade do povo, materializada na lei, aos casos concretos que lhe forem apresentados.



F:

Deputados
Gabinete 208

900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

A [Constituição](#) estabeleceu mecanismos para assegurar sua supremacia, antevendo as tensões que poderiam advir do exercício simultâneo das competências e funções pelos poderes e órgãos públicos. Um deles é a atribuição que tem o Poder Judiciário de manifestar-se sobre a adequação da vontade do povo, materializada nas leis, à ordem constitucional.

Isso significa que, ao materializar a vontade do povo, seus representantes no Poder Legislativo não podem estabelecer normas contrárias à [Constituição](#). Se o fizerem, o Poder Judiciário poderá declarar a inconstitucionalidade da lei ou imputar-lhe interpretação conforme à Constituição.

Em nenhuma hipótese caberá ao Judiciário o juízo de mérito legislativo. A única forma que o Poder Judiciário tem de influenciar no mérito legislativo é através de proposta enviada ao Congresso Nacional. Não é de meu conhecimento que isso tenha acontecido.

A divulgação pela mais alta Corte do Poder Judiciário da pauta de julgamentos do dia 17/05/2023 impôs um ritmo ainda mais intenso aos trabalhos necessários à aprovação de um projeto de lei que regule todo o ambiente e as relações dos entes envolvidos.

A notoriedade do conhecimento jurídico de nossos ministros do STF me leva a crer que a Corte não se prestará a usurpar a competência exclusiva dos representantes eleitos pelo povo que, exercendo constitucionalmente o juízo de mérito legislativo, aprovou a lei amplamente conhecida como [Marco Civil da Internet](#), em 2014.

Eis as bases do Estado brasileiro. Qualquer modificação que influencie na organização dos poderes, cláusula pétrea, requer a promulgação de outra Constituição.

Eis o preâmbulo da [Constituição Federal](#) brasileira de 1988:

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte
[CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.](#)"



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Me parece claríssimo, assim como os fatos históricos bem documentados que indicam não ser aconselhável legitimar a censura, ainda mais através de órgãos públicos.

As versões do relatório ao PL 2630 de julho de 2020, de autoria do Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), até então apresentadas, são absolutamente inconstitucionais, notadamente por pretenderem:

- impor hierarquia entre direitos e liberdades fundamentais, que gozam de aplicação imediata constitucional;
- delegar as atribuições constitucionais dos órgãos públicos aos provedores de redes sociais;
- legitimar a censura, dando a órgãos públicos controle sobre o exercício da liberdade de expressão pelas pessoas.

Nosso compromisso como representantes do povo brasileiro precisa ir além de votar “não” à censura. Promover a segurança nos ambientes públicos da internet e reduzir os danos causados às pessoas e à coletividade pelo uso ilegal das redes, não só pela disseminação das tais “fake news” é o que precisamos fazer, sem arriscar a democracia, garantindo a pluralidade de convicções e a liberdade de expressão.

Por isso, a presente proposta estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na internet – SBDL e a institui a política nacional, elemento fundamental que estabelece princípios, objetivos e diretrizes para o exercício das competências e funções constitucionais pelos poderes e órgãos públicos.

O PL que veio do Senado continha disposições relevantes, dentre as quais o dever de identificação do usuário para o provedor, em caráter sigiloso, antes de expressar-se. A inexistência de tal dever no relatório apresentado à Câmara não o suprimiria ou invalidaria, pois há expressa vedação constitucional ao anonimato, estabelecida no art. 5º, inciso IV.

Aos que, rasgando a [Constituição](#), continuam defendendo o anonimato, cabe perguntar: A quem ele interessa? Certamente não às crianças e adolescentes, cuja proteção prioritária é dever de todos nós. Em sentido oposto, a falta de identificação representa obstáculo ao controle parental. É necessário que este parlamento reflita sobre os potenciais beneficiários do anonimato e as intenções de seus defensores.

O uso consciente e responsável da internet é estimulado e assegurado pelos direitos e deveres do usuário elencados no texto. Não só a liberdade de expressão foi resguardada, mas também a privacidade e todos os outros direitos fundamentais, aos quais correspondem deveres, pois a vida em sociedade requer respeito à coletividade e às pessoas.



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

O SBDL é baseado no regime legal de responsabilidade compartilhada entre os órgãos públicos e os provedores de redes sociais, decorrente dos dispositivos constitucionais relacionados à organização dos poderes e à função social das empresas.

Não há interesse público a justificar a limitação das responsabilidades sociais apenas aos provedores de redes sociais de grande alcance. Pelo contrário, para impedir que redes sociais menores sejam usadas pelos que praticam atos ilegais, é necessário que o critério para aplicação da lei seja exclusivamente a natureza do serviço prestado.

Assim, independente do porte da empresa que transmite ou armazena conteúdos de usuários, os usuários e o provedor têm direitos e deveres expressamente estabelecidos no SBDL.

Pelo mesmo motivo, é fundamental garantir que os serviços de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários prestados de forma acessória por provedores que, primordialmente, se dediquem a outras atividades, como comércio eletrônico ou jogos, por exemplo, respeitem as mesmas regras.

A [Constituição](#) criou apenas um conselho no âmbito deste Poder Legislativo Federal: o Conselho de Comunicação Social - CCS. Ao órgão, instituído pela [Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991](#), é atribuída competência para cumprir as solicitações encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII - Ordem Social, Capítulo V - Comunicação Social da CF.

A atribuição especial conferida na alínea "a" do *caput* do art. 2º da [Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991](#) ao Conselho de Comunicação Social criado pela [CF](#) será exercida pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, instituído no âmbito do conselho, com composição multissetorial, autonomia funcional e regimento interno próprio.

Longe de ser um órgão censor, o Comitê é um órgão de integração das ações públicas e privadas. As competências atribuídas pela lei ao CDLE promoverão a segurança das pessoas e a celeridade da justiça, já que une os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público, as empresas provedoras de redes sociais e organizações da sociedade civil.

Embora o texto que proponho regule suficientemente a matéria e determine deveres aos provedores que garantirão o que deles se pode exigir, há interesse público na autorregulação setorial regulada, em razão dos limites constitucionais da atividade do legislador infraconstitucional.



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023

A autorregulação setorial regulada já existe no Brasil há mais de 10 anos e, certamente, não institui normas contrárias à lei, nem poderia fazê-lo. Cabe às normas autorregulatórias estabelecerem regras complementares àquelas determinadas na lei, estabelecendo padrões de conduta e governança internacionalmente reconhecidos.

A análise dos relatórios que deverão ser apresentados pelos provedores e pela Entidade Privada de Autorregulação - EPA ao CDLE proporcionará ao Comitê os dados para planejamento de estratégias de atuação integrada, otimizando as ações dos poderes públicos e da iniciativa privada na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

Este projeto determina requisitos que devem ser observados na instituição de uma Entidade Privada de Autorregulação – EPA e condicionou a participação da entidade no CDLE a sua integral observância.

São condições para que a EPA participe do CDLE, dentre outras, o caráter privado, a instituição como entidade autônoma, sob o aspecto funcional e orçamentário, e a determinação estatutária de competência para estabelecer normas e sanções regulatórias aptas a desencorajar práticas ilegais e indevidas pelos provedores.

A proposta determina, ainda, que todos os provedores operem conforme a ordem jurídica brasileira. Isso garante efetividade aos direitos fundamentais dos usuários brasileiros e traz celeridade à justiça, tão necessária quando os danos são potencializados pela velocidade de disseminação da internet. Há obrigações mais amplas para os provedores que oferecem serviços pagos.

Sem pretensão de esgotar o tema, o projeto determina a remuneração pelo uso de conteúdo jornalístico original e conteúdos abarcados por direitos autorais e conexos, conferindo mecanismos de efetividade aos titulares de direitos econômicos.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL estabelece mecanismos para garantir que as empresas provedoras de redes sociais cumpram sua função social, sem transferir a elas as competências e funções indelegáveis dos poderes e órgãos públicos.

Por tudo isso, estou confiante de que este projeto de lei que apresento, fundamentado na democracia, presta homenagem aos valores constitucionais e resguarda as liberdades de convicção e expressão.

A estruturação de um Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet é o cumprimento do dever desse parlamento, a materialização do juízo de mérito

* C D 2 3 7 4 4 5 1 7 9 5 0 *

ExEdit



F:

Deputados
Gabinete 208

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:

Rua Felipe dos Santos, 901

11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes

CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líder do REPUBLICANOS

que nos cabe como representantes do povo, sem prescindir do árduo trabalho técnico de conformação jurídica.

À consultoria privada que trabalhou na elaboração da proposta dessa lei que apresento, reafirmo publicamente meu agradecimento.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares o apoio necessário à aprovação da proposta.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2023.

Deputado Federal Lafayette de Andrada
(Republicanos/MG)

Apresentação: 16/05/2023 12:38:09.863 - MESA

PL n.2582/2023



F:
Câmara dos Deputados
Gabinete 208
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada
1-900 | Tels (61) 3215-3208/3208

dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/CD237445179500>

Belo Horizonte/MG:
Rua Felipe dos Santos, 901
11º Andar - Salas 1101/1102 - Bairro Lourdes
CEP 30180-160 | Tel (31) 3789-6500



CD237445179500



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 Art. 10, 11, 15 ao 22	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-0423;12965
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 Art. 2º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0713;8069
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-1001;10741
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0911;8078
LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991 Art. 2º ao 4º-A, 8º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991-1230;8389
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 Art. 4º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018-0814;13709
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940-12-07;2848
LEI Nº 4.680, DE 18 DE JUNHO DE 1965	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965-0618;4680
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011-1130;12529
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-0219;9610
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Art. 5º, 53, 170, 224	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 Art. 22	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:compleme:1990-05-18;64

PROJETO DE LEI N.º 53, DE 2024

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre fundamento da busca contínua da confiança na Internet e no seu uso, a vedação do anonimato e acréscimo dos princípios da rastreabilidade e da integridade, e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-2582/2023.



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2024

(Do Senhor Alberto Fraga).

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre fundamento da busca contínua da confiança na Internet e no seu uso, a vedação do anonimato e acréscimo dos princípios da rastreabilidade e da integridade, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

.....

VII - busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Art. 3º

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, vedado o anonimato, nos termos da Constituição Federal; (NR)

.....



IX - rastreabilidade de conteúdo publicado, por meio de metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação;

X - integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei, de modo bastante sucinto, busca alterar o Marco Civil da Internet para vedar o anonimato na rede, deixando claro no corpo da lei essa disposição, como forma de reafirmar esse relevante princípio constitucional, muitas vezes suprimido de forma indevida e prejudicial às pessoas, de forma particular, e à Sociedade como um todo.

Ademais, propõe-se a previsão entre os princípios do art. 3º a inclusão da rastreabilidade de conteúdo publicado, por metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação, como forma de atender, de modo ainda mais contundente, a questão do uso indevido do anonimato.

Propõe, ainda, nessa linha, como princípio, a integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral, de maneira a garantir a disponibilização de dados e a segurança de qualquer sistema colocado para uso público. Com efeito, a integridade é essencial para assegurar a confiança num determinado sistema informático, seja ele um “site” para usos específicos ou uma plataforma mais complexa, como aquelas de comércio eletrônico.

Apresenta-se, ainda, sugestão para inclusão como fundamento da Internet no Brasil a busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Enfim, o que se pretende é trazer mais transparência e segurança aos usuários da Internet, sem atingir a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, mas apresentando mecanismos



para dificultar o uso indevido do anonimato e garantir a integridade dos sistemas disponibilizados e a confiança na rede como um todo.

Com esses argumentos, solicito aos colegas parlamentares a discussão, o aperfeiçoamento e a aprovação desta proposição, por entender que se trata de avanços necessários para o pleno exercício da cidadania no âmbito da Internet.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2024.



Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-0423;12965
--	---



COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.582, DE 2023

Esta lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, institui a política nacional e estabelece normas que estabelecem direitos e deveres aos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de usuários.

EMENDA Nº

Acrescentem-se os artigos 56-A, 56-B e 56-C ao Projeto:

Art. 56-A. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e as imunidades parlamentares, e de impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por parlamentar se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, fundamentação que indique expressamente o abuso de prerrogativa parlamentar ocorrido, e a identificação clara e específica da manifestação de opiniões ou palavras e o contexto que evidenciem o abuso, devendo a remoção se restringir somente aos trechos do conteúdo assim considerados.

§ 2º É vedada a remoção de publicação, página ou perfil na internet de parlamentar exclusivamente com fundamento em



conteúdo de natureza isolada e descontextualizada, ou diante da inocorrência de reincidência na publicação de conteúdo que possa caracterizar abuso de prerrogativa parlamentar.” (NR)

Art. 56-B. A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 38-A, 38-B e 38-C:

“Art. 38-A. Determinar a remoção injustificada de publicação, página ou perfil na internet de parlamentar violando a imunidade parlamentar de suas opiniões e palavras:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 38-B. Determinar a retirada ou alteração de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico, dispostas em propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, em meio digital ou físico.

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o agente público que cumpre a ordem ilegal de retirada ou alteração mencionada no caput.

Art. 38-C. Determinar a suspensão, proibição ou embaraço à atividade de plataformas digitais em virtude de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico.

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o agente público que cumpre a ordem ilegal de suspensão, proibição ou embaraço mencionada no caput.” (NR)

Art. 56-C. O art. 7º da Lei 1.079 de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescida do seguinte item 11:

“Art. 7º

.....

11 - determinar, de maneira indevida, a retirada ou alteração de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico dispostas em propriedade privada própria ou de terceiros consensuais em meio digital ou físico.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO



Em tempos recentes, temos observado diversos ataques à liberdade de expressão, especialmente advindos de altas instâncias do Poder Judiciário. Tais ataques têm ocorrido especialmente contra conteúdos postados na internet — na maior parte dos casos, sob o falso pretexto de salvaguardar alegadas "garantias democráticas". Na verdade, o que temos observado é uma recorrente supressão do dissenso, direcionado com especial virulência contra vozes dissonantes da grande mídia, conservadores e defensores da família, defensores da probidade e de orientação política à direita. Neste contexto, nem mesmo a imunidade parlamentar de opinião estabelecida pela Constituição Federal tem sido respeitada, e não raro vereadores, deputados estaduais ou federais e senadores têm sido obrigados a se calar e a retirar conteúdos de suas publicações, sejam elas tradicionais, sejam veiculadas por meio de postagens em redes sociais. Portanto, sob o falso pretexto de proteger a democracia, o que temos é um ataque a um dos seus pilares mais fundamentais, que é justamente a liberdade de expressão.

Essencial ressaltar que as imunidades parlamentares são essenciais para garantir a autonomia, a liberdade e a independência dos membros do Poder Legislativo no exercício de suas funções. Dentre estas, destaca-se a imunidade que protege a liberdade de expressão e de tribuna. Prevista na Constituição Federal de 1988, a imunidade material, ou inviolabilidade, assegura que parlamentares são protegidos contra qualquer forma de responsabilização por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício de suas funções ou em razão delas. Esse dispositivo visa garantir que os parlamentares possam discutir, debater e votar questões de interesse público sem receios de represálias, censura ou ameaças, seja de natureza civil, penal ou administrativa. Tal prerrogativa é fundamental para a consolidação da democracia, permitindo que representantes eleitos expressem livremente seus posicionamentos, em prol do interesse coletivo.

Assim, com vistas a garantir a liberdade de expressão dos parlamentares, esse insumo tão vital para a democracia, apresentamos esta emenda ao texto do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023. O seu intuito é introduzir modificações em três leis distintas a fim de proteger a liberdade de expressão e



a imunidade parlamentar no contexto digital. São três artigos que pretendemos acrescentar à proposição.

O art. 56-A se refere à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet. O art. 19-A adicionado ao texto detalha as condições em que uma ordem judicial pode exigir a remoção de conteúdo publicado por um parlamentar na internet. Em essência, a emenda estabelece um padrão mais rigoroso para a remoção desse tipo de conteúdo: a ordem judicial deve fundamentar claramente a razão da remoção, identificando o abuso de prerrogativa parlamentar, e a remoção deve ser limitada estritamente ao conteúdo abusivo identificado. Além disso, a emenda proíbe a remoção de conteúdo de parlamentares baseada em informações isoladas e descontextualizadas.

O art. 56-B traz alterações à Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade. Os novos artigos penalizam ações que violem a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar em plataformas digitais. Assim, qualquer agente público que ordene ou execute a remoção injustificada de publicações de parlamentares, altere ou retire conteúdos de natureza política ou ideológica, ou interfira no funcionamento de plataformas digitais por motivos ideológicos, será passível de detenção e multa.

Por fim, o art. 56-C se refere à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade. O item adicionado ao art. 7º estabelece como crime de responsabilidade a determinação indevida de retirada ou alteração de conteúdos de cunho político ou ideológico, reforçando, assim, a proteção à liberdade de expressão no ambiente digital.

Em um momento no qual a internet se tornou o epicentro da comunicação e da informação, é crucial resgatar o princípio da liberdade de expressão do parlamentar como elemento garantidor da democracia, adaptando tal princípio para os dias atuais. Necessário lembrar que o nascedouro das imunidades é o parlamento do Reino Unido. Lá, no longínquo ano de 1698, este direito foi consagrado pela Bill of Rights, com o seguinte corolário: “A liberdade de expressão e os debates ou procedimentos no



Parlamento não devem ser impugnados ou questionados em qualquer tribunal ou lugar fora do Parlamento”.

Hoje, com o avanço dos meios de comunicação e uma crescente participação da sociedade na vida pública, é certo que o que se entende por “procedimentos no Parlamento” é algo muito mais amplo do que a simples atividade presencial de um parlamentar em sua respectiva assembleia. Necessário, na verdade, que todas as suas manifestações públicas, incluindo aquelas efetuadas por meio da internet, estejam protegidas de eventuais assédios e limitações impostas por aqueles que estejam descontentes com um debate de ideias amplo, irrestrito e que abranja as mais diversas correntes de opinião.

Desse modo, a emenda que apresentamos hoje é mais do que uma proteção ao parlamentar; é uma defesa veemente dos próprios pilares democráticos nos quais nossa nação está fundamentada.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS

2023-13596



COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.582, DE 2023

Apensado: PL nº 53/2024

Esta lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, institui a política nacional e estabelece normas que estabelecem direitos e deveres aos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de usuários.

Autor: Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, do Deputado Lafayette de Andrada, se propõe a estruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet – SBDL, além de definir direitos e obrigações para os atores envolvidos na transmissão e armazenamento de dados e conteúdos produzidos por usuários na rede mundial de computadores.

Devido à sua extensão, o projeto é dividido em uma série de títulos, capítulos e seções, os quais facilitam a organização das ideias e um entendimento de alto nível das medidas adotadas ao longo de seus 58 artigos.

O TÍTULO I, “DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E COMBATE INTEGRADO À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET”, é dividido nos seguintes capítulos: CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, que apresenta um apanhado geral do conteúdo na norma; CAPÍTULO II – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, em que se



define que o escopo do projeto se estende aos “poderes públicos, aos órgãos essenciais à justiça, aos provedores e aos usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, cujos atos sejam praticados, no todo ou em parte, em território brasileiro ou que nele produzam ou possam produzir efeitos” (art. 4º); CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES, que traz os conceitos e definições empregados no restante do projeto; CAPÍTULO IV – DOS PRINCÍPIOS; CAPÍTULO V – DOS OBJETIVOS; CAPÍTULO VI – DOS PODERES PÚBLICOS, no qual são definidos a Política e o Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet, bem como delineadas regras sobre o uso de aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários pelos Poderes Públicos.

O TÍTULO II, “DA TRANSMISSÃO E DO ARMAZENAMENTO DE CONTEÚDO DE USUÁRIOS EM APLICAÇÕES DE INTERNET”, por sua vez, é dividido nos seguintes capítulos: CAPÍTULO I – DOS USUÁRIOS, em que são apresentados os direitos, o dever constitucional de identificação, os deveres e as responsabilidades dos usuários; CAPÍTULO II – DOS PROVEDORES, contendo, para os provedores de aplicações de internet que tratem de dados e conteúdos de usuários, os direitos, os deveres gerais, os deveres de identificação, registro e guarda, os deveres de proteção prioritária de crianças e adolescentes, os deveres específicos para o provedor que oferece condições diferenciadas de uso para finalidades comerciais, os deveres específicos para o provedor remunerado, os deveres específicos para o provedor de armazenamento e para o provedor de transmissão, os deveres específicos para o provedor de aplicação de grande alcance, o dever de adequação à ordem jurídica brasileira para os provedores estrangeiros, e, por último, as responsabilidades dos provedores.

O TÍTULO III, “DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NA DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET”, divide-se também em dois capítulos: o CAPÍTULO I – DO COMITÊ DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRAÇÃO NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET, em que é feita atribuição da competência contida na alínea “a” do caput do art.



2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, ao Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet – CDLE, e CAPÍTULO II – DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PRIVADA, em que é definido o papel da Entidade Privada de Autorregulação Regulada – EPA.

Por fim, o TÍTULO IV, “DISPOSIÇÕES FINAIS”, além de detalhar regras gerais sobre a aplicação dos procedimentos previstos na lei, consolida as mudanças promovidas pelo projeto em outros diplomas legais relevantes ao tema, que incluem a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Conselho de Comunicação Social – CCS; a Lei nº 13.709, de 14 de abril de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD; e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet ou MCI.

Apensa à proposição principal vai o Projeto de Lei nº 53, de 2024, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – MCI, para “dispor sobre fundamento da busca contínua da confiança na Internet e no seu uso, a vedação do anonimato e acréscimo dos princípios da rastreabilidade e da integridade”, e dá outras providências.

Os projetos foram distribuídos para as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Comunicação, para apreciação de mérito; Comissão de Finanças e Tributação, para análise de impacto financeiro e orçamentário; e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para apreciação de mérito e verificação da observância aos preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais pertinentes.

As propostas estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, e tramitam no regime ordinário, consoante o previsto no art. 151, III, do RICD.

No prazo regimental, os projetos receberam uma única emenda nesta comissão. A EMC nº 1/2023, de autoria do Deputado José Medeiros, propõe o acréscimo de três novos artigos ao texto principal, a saber, arts. 56-A, 56-B e 56-C.



O art. 56-A modifica o Marco Civil da Internet acrescentando um novo art. 19-A àquela Lei, determinando que o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por parlamentar se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

O art. 56-B, por sua vez, acrescenta três novos artigos à Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar como crimes de abuso de autoridade os atos de: 1) determinar a remoção injustificada de publicação, página ou perfil na internet de parlamentar violando a imunidade parlamentar de suas opiniões e palavras; 2) determinar a retirada ou alteração de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico, dispostas em propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, em meio digital ou físico; 3) determinar a suspensão, proibição ou embaraço à atividade de plataformas digitais em virtude de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico.

Por fim, o art. 56-C altera o art. 7º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para incluir, entre os crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, o ato de determinar, de maneira indevida, a retirada ou alteração de conteúdos, publicações e manifestações de cunho político ou ideológico dispostas em propriedade privada própria ou de terceiros consensuais em meio digital ou físico.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, do Deputado Lafayette de Andrada, é uma iniciativa ambiciosa que busca enfrentar de forma ampla os maiores desafios vivenciados atualmente no uso da rede mundial de computadores. O tema central da proposta é a regulação da relação entre as aplicações de internet de compartilhamento e armazenamento de conteúdos produzidos por usuários, denotadas “provedores” no texto, e os próprios



usuários dessas ferramentas, incluindo o Poder Público e suas figuras representativas, quando for o caso. O conjunto de aplicações sujeitas às determinações da lei é bastante abrangente e inclui as redes sociais, como Facebook, Instagram e X (antigo Twitter), os aplicativos de mensageria instantânea, como WhatsApp e Telegram, além de fóruns e outros canais de troca de mensagens pela internet.

Entre os tópicos abordados na proposta destacam-se: princípios e objetivos norteadores do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet – SBDL; direitos e deveres dos usuários e dos provedores; criação do Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet – CDLE, como órgão do Conselho de Comunicação Social – CCS, e responsável por assumir as competências do CCS nos assuntos atinentes a liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação; previsão de instauração da Entidade Privada de Autorregulação Regulada – EPA, responsável por organizar e harmonizar as medidas de gestão de conteúdos aplicadas pelos provedores junto a seus usuários.

O Projeto de Lei nº 53, de 2024, de autoria do Deputado Alberto Fraga, por sua vez, propõe alterações pontuais à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – MCI, para incluir entre seus fundamentos e princípios a busca contínua da confiança da rede e do seu uso, a vedação ao anonimato, a rastreabilidade de conteúdos e a integridade dos sistemas.

Já a Emenda de Comissão EMC nº 1/2023, do Deputado José Medeiros, propõe alteração no Marco Civil da Internet para determinar que responsabilização civil do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo de autoria de parlamentar só incide caso o provedor descumpra determinação judicial para remoção desse tipo de conteúdo. Propõe ainda alterações na Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, e na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para tipificar como crimes de abuso de autoridade e de responsabilidade, respectivamente, os atos de determinar ou efetivar a remoção de conteúdos, páginas ou perfis de parlamentares ou de cunho político e ideológico.



No geral, as matérias tratam majoritariamente de assuntos que não possuem relação com a temática atribuída regimentalmente a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Há, entretanto, ao longo do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, alguns dispositivos que buscam incentivar o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias em prol do bom uso da internet, dentre os quais destacamos:

- o inciso VIII do art. 7º, que inclui, entre os objetivos das políticas propostas na lei, o de “modernizar e ampliar os recursos tecnológicos disponíveis para agilizar o exercício das competências constitucionais pelos poderes públicos e das funções constitucionais dos órgãos essenciais à justiça”;
- o inciso IV do § 1º do art. 8º, que lista, como diretriz para integração dos poderes públicos e dos órgãos essenciais à justiça na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet, “a modernização da estrutura e dos recursos tecnológicos disponíveis para promover a celeridade no exercício das funções públicas, com apoio do CDLE e da sociedade civil, para promover o bem comum, a segurança e a celeridade da justiça”;
- o inciso V do § 2º do mesmo artigo, que institui, como instrumento das políticas propostas, “as pesquisas científicas e tecnológicas e o bom uso de seus resultados”;
- o inciso V do art. 9º, que prevê a inclusão, no Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet, de “ações de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e ao aproveitamento de tecnologias para defender a liberdade de expressão e combater a prática de atos ilegais na internet”;



- As alíneas “d” e “j” do art. 2º-B, incluído pelo art. 54 do projeto à Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que definem entre as competências do CDLE a celebração de acordos de cooperação que “acelerem o desenvolvimento de tecnologias que proporcionem mais segurança ao ambiente virtual, especialmente na prevenção de crimes contra o estado democrático de direito, crimes de discriminação e crimes contra crianças e adolescentes” e que “consistam em apoio tecnológico ou financeiro dos provedores aos poderes públicos no desempenho de suas funções constitucionais”.

Entendemos que todas as medidas listadas são pertinentes e adequadas, contribuindo de forma importante para a promoção do desenvolvimento das tecnologias digitais em nosso País.

Com relação ao restante do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, e ao Projeto de Lei nº 53, de 2024, não vemos óbice à aprovação dessas proposições nesta Comissão.

Por outro lado, no que se refere à EMC nº 1/2023, acreditamos que as propostas nela contidas não devem prosperar. A modificação sugerida no Marco Civil da Internet é incompatível com o art. 11 do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, uma vez que este último protege tanto as contas institucionais de parlamentares quanto os conteúdos dessas contas de supressões ou exclusões por parte dos provedores de aplicação. Por essa razão, optamos por manter a proteção prevista no art. 11 do PL nº 2.582, de 2023, e rejeitar a modificação proposta na EMC nº 1/2023 ao Marco Civil da Internet. Ademais, as modificações propostas na emenda à Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, e à Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, com o intuito de tornar crimes de responsabilidade e de abuso de autoridade os atos de determinar a remoção de conteúdos de parlamentar ou de cunho político e ideológico e de suspender o funcionamento de plataformas digitais, bem como o ato de cumprir determinações nesse sentido, nos parecem excessivas e incompatíveis com o papel do Estado na tutela do uso democrático dos meios de comunicação. Por essas razões, optamos por rejeitar integralmente a EMC nº 1/2023.



Complementarmente, estamos propondo modificações pontuais no projeto com o objetivo de aprimorar algumas de suas disposições. No art. 11, inserimos três novos parágrafos para obrigar os provedores de aplicação de internet a manterem, junto às contas institucionais de parlamentares, mecanismo de verificação da veracidade das informações divulgadas, em um sistema conhecido como “notas da comunidade”, já amplamente adotado na plataforma X (antigo Twitter) e com previsão de ser adotado em breve em aplicações da empresa Meta. Desta forma, fica garantida plena liberdade de expressão aos congressistas, ao mesmo tempo em que se implementa sistema que permite ao usuário apurar a veracidade das informações divulgadas pelos parlamentares.

No art. 13, incluímos novo inciso e novo parágrafo para contemplar, entre os direitos do usuário de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo, o direito a ter acesso a dados que permitam a identificação de usuário que cometer crimes de calúnia, injúria e difamação contra sua pessoa. O objetivo é garantir ao usuário os meios necessários para citar judicialmente seu ofensor, e está amparado pela vedação constitucional ao anonimato prevista no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal, além de estar em consonância com as disposições do art. 14 do projeto.

No art. 14, inserimos parágrafo para determinar que, quando a potencial vítima de ato ilegal praticado na internet for criança ou adolescente, a exibição de registro do envolvido poderá ser requisitada por autoridade policial ou pelo Ministério Público, ficando dispensada, portanto, a necessidade de ordem judicial nesses casos. A modificação proposta se justifica pelo princípio da proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem previsto no art. 227 da Constituição Federal. Na mesma linha, acrescentamos parágrafo ao art. 21 para estabelecer que, nos casos em que a identificação do usuário ou do terminal for indispensável à prevenção de risco iminente ou à preservação da vida ou da integridade física de criança ou adolescente, tanto autoridade policial quanto Ministério Público poderão determinar a disponibilização de registros que contribuam na identificação dos envolvidos.



No Capítulo II – DOS PROVIDORES, a Seção V, que tratava “Do Dever Geral de Proteção Prioritária de Crianças e Adolescentes”, foi inteiramente removida, em razão da recente aprovação pelo Parlamento do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, transformado na Lei Ordinária nº 15211 de 17 de setembro de 2025 conhecido como ECA Digital, e que disciplina com detalhes a proteção de crianças e adolescentes nos meios digitais. Em seu lugar, e em observância a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), exarada no âmbito do Recurso Extraordinário [\(RE\) 1037396](#) (Tema 987 da repercussão geral), relatado pelo ministro Dias Toffoli, e no [RE 1057258](#) (Temas 533), relatado pelo ministro Luiz Fux, incluímos Seção para tratar “Do Dever Geral de Remoção de Conteúdos Ilegais”. A seção inclui o antigo art. 27 do projeto (renumerado para art. 23), o qual foi reescrito para prever a obrigação de remoção de conteúdos manifestamente ilegais, e não apenas a proibição de remuneração desses conteúdos, como inicialmente previsto na proposta. Ainda em observância à supramencionada decisão do STF, foi incluído também na mesma Seção um artigo para estabelecer que, nos casos de crime contra a honra, o provedor de aplicações de internet não será responsável por remover conteúdo gerado por terceiros, exceto após ordem judicial específica, e sem prejuízo da possibilidade de remoção por notificação extrajudicial.

Já no art. 54, na parte em que é acrescentado novo art. 4º-A à Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição do CDLE, estamos inserindo três novos incisos para prever, na composição do referido Comitê: um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP); dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); e dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Com essa medida, acreditamos estar conferindo maior representatividade ao CDLE, garantindo participação mais justa para entidades interessadas na defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes.



Por fim, há alguns pequenos ajustes de redação e técnica legislativa ao longo do projeto que julgamos pertinentes e que foram consolidados, juntamente com o conjunto das medidas contidas nos dois projetos e das alterações anteriormente descritas, em um substitutivo.

II.1 - RESUMO DO VOTO

O Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, contém alguns dispositivos que buscam incentivar o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias em prol do bom uso da internet. Entendemos que todas as medidas apresentadas nesse sentido são pertinentes e adequadas, contribuindo de forma importante para a promoção do desenvolvimento das tecnologias digitais em nosso País.

A maior parte das disposições do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, bem como aquelas contidas no Projeto de Lei nº 53, de 2024, apenso, tratam de assuntos que não possuem relação com a temática atribuída regimentalmente a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim, não vislumbramos óbices à aprovação dessas proposições.

Por outro lado, as sugestões apresentadas por meio da Emenda de Comissão nº 1/2023 são problemáticas, uma vez que algumas delas são parcialmente incompatíveis com a proposição principal, e outras são, em nosso entendimento, excessivas e desarrazoadas, pois criam obstáculos à gestão da internet pelos agentes públicos.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.582, de 2023, do Projeto de Lei nº 53, de 2024, e pela rejeição da Emenda de Comissão nº 1/2023, na forma do substitutivo que oferecemos.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora

2025-13675



COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.582, DE 2023

Apensado: PL nº 53/2024

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL e estabelece direitos e deveres dos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL e estabelece:

I - princípios que harmonizam as dimensões individuais e coletivas dos direitos e liberdades fundamentais constitucionais exercidos na internet;

II - objetivos que garantem a pluralidade de convicções, a liberdade de expressão, a ordem social nas redes e a redução dos danos causados às pessoas e à coletividade pelo uso ilegal da internet;

III - normas que delimitam direitos e deveres:

a. dos usuários de aplicação de internet, ao regular o exercício simultâneo de direitos e liberdades fundamentais, preservando o equilíbrio necessário à eficácia que lhes confere a Constituição Federal;

b. dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, em cumprimento à Constituição Federal, que garante liberdade à iniciativa privada, fundamento de direitos e impõe função social às empresas, base para o estabelecimento de deveres e responsabilidades.



IV - normas que asseguram a integração entre poderes e órgãos públicos e destes com provedores e organizações da sociedade civil na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

V - regras de aplicação, interpretação e execução desta lei.

TÍTULO I

DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E COMBATE INTEGRADO À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O SBDL é baseado no regime legal de responsabilidade compartilhada decorrente da organização dos poderes públicos e da função social das empresas, ambas determinadas na Constituição Federal.

Art. 3º A defesa da liberdade de expressão, o ambiente digital seguro, o acesso à informação e o combate à prática de atos ilegais na internet é direito de todos os brasileiros e seu exercício regular é de relevante interesse público.

CAPÍTULO II

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 4º Esta lei é aplicável aos poderes públicos, aos órgãos essenciais à justiça, aos provedores e aos usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, cujos atos sejam praticados, no todo ou em parte, em território brasileiro ou que nele produzam ou possam produzir efeitos.

§ 1º Aplica-se esta lei aos provedores que prestem serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários em caráter acessório a outras funcionalidades.



§ 2º A aplicação desta lei não prejudica a legislação que regula outros aspectos da prestação destes serviços, notadamente:

I - Código Civil (CC) - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

II - Marco Civil da Internet (MCI) - Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;

III - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;

IV - Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003;

V - Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

VI - Lei que institui o Conselho de Comunicação Social (LCCS) - Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;

VII - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

VIII – Código Penal (CP) - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

IX - Marco Legal da Atividade Publicitária (MLAP) - Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965;

X - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) - Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;

XI - Lei dos Direitos Autorais (LDA) - Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - aplicação de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;



II - aplicação de internet de grande alcance: aplicação de internet cuja soma dos números de usuários remetentes e de usuários destinatários de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários seja superior a dez milhões por mês;

III - armazenamento de conteúdo de usuário: serviço de guarda virtual que consiste no armazenamento de informações prestadas por um usuário do serviço a pedido deste;

IV - dados de identificação: as informações contidas em documento válido no território brasileiro relativas ao nome da pessoa física ou jurídica e ao número de inscrição no CPF ou no CNPJ ou, no caso de estrangeiro, o nome civil, o país emissor e o número do passaporte;

V - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

VI - provedor: pessoa jurídica pública ou privada que detém direitos ou exerce controle de aplicação de internet, prestando serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo a pedido de usuário por meio de aplicação de internet;

VII - registro de acesso: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP;

VIII - terminal: o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet;

IX - transmissão de conteúdo de usuário: serviço de transmissão de dados a pedido de usuário remetente para usuário destinatário que pode abranger armazenamento automático, intermediário e temporário dos dados, desde que efetuado apenas com o objetivo de tornar mais eficaz a transmissão posterior a outros usuários destinatários;

X – tratamento de dados: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação,



utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - usuário destinatário: aquele que recebe ou interage com conteúdo ou conta ou, ainda, aquele a quem o conteúdo ou a conta são exibidos por meio da prestação de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo na aplicação de internet do provedor por ação de usuário remetente;

XII - usuário remetente: aquele que usa serviço prestado por provedor de aplicação de internet para solicitar transmissão ou armazenamento de informações para usuário destinatário.

Parágrafo Único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, conforme estabelece o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º São princípios do SBDL e da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - PNDL:

I – defesa da democracia, do estado democrático, do pluralismo de ideias, inclusive políticas, e dos direitos sociais;

II - garantia de efetividade aos direitos e liberdades fundamentais constitucionais, especialmente dos direitos à vida, à dignidade, à honra, à imagem e à intimidade e das liberdades de pensamento, de convicções, de crenças religiosas, de desenvolvimento da personalidade e de expressão;

III - liberdade de imprensa e de acesso à informação;



IV – exercício harmônico de direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas;

V - preservação da dimensão coletiva de direitos e liberdades fundamentais;

VI – proteção prioritária de crianças e adolescentes e a máxima efetividade das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VII - proteção especial das mulheres e das pessoas idosas;

VIII - vedação de discriminações ilegais;

IX - respeito às minorias e à diversidade;

X - defesa do consumidor brasileiro;

XI - respeito ao conteúdo jornalístico original e às obras protegidas por direitos autorais e conexos, bem como à remuneração devida aos titulares;

XII - integração de ações públicas e privadas e regime legal de responsabilidade compartilhada que decorre da Constituição Federal;

XIII - celeridade da justiça;

XIV - desenvolvimento tecnológico e econômico e livre iniciativa;

XV - reconhecimento das aplicações de internet como ferramentas de valor social, geradoras de trabalho e renda, essenciais à liberdade de expressão e de imprensa, promotoras de cidadania e desenvolvimento econômico;

XVI - prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos;

XVII - prevenção, precaução e mitigação de riscos sistêmicos e de efeitos não previstos na concepção e no funcionamento das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários;



XVIII - interesse público no estabelecimento de normas privadas complementares àquelas que os Poderes Públicos, constitucionalmente limitados, podem estabelecer;

XIX - respeito aos fatos históricos bem documentados relacionados a medidas de restrição de liberdade de expressão e de imprensa impostas por órgãos públicos.

CAPÍTULO V

DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do SBDL e da PNDL:

I - promover o bem comum e preservar a democracia e as pluralidades de consciência e de expressão que a sustentam;

II - impedir a censura ilegal das liberdades e a discriminação ilegal das pessoas, principalmente aquelas emanadas do poder público;

III - combater o abuso de poder econômico;

IV - promover a paz social, a justiça, a equidade e a inclusão;

V - reduzir a prática de atos ilegais na internet, bem como os danos causados às pessoas e à coletividade;

VI - assegurar a adoção de mecanismos efetivos de proteção prioritária de crianças e adolescentes na internet pelas autoridades públicas e pelos provedores;

VII - garantir o exercício regular de direitos e liberdades estabelecidos na Constituição Federal e na legislação brasileira, bem como o cumprimento de obrigações;

VIII - modernizar e ampliar os recursos tecnológicos disponíveis para agilizar o exercício das competências constitucionais pelos poderes públicos e das funções constitucionais dos órgãos essenciais à justiça;

IX - promover a integração das ações dos órgãos públicos e dos provedores e a cooperação técnica e financeira, destes com aqueles, com vistas à segurança e à celeridade da justiça;



X - incentivar o desenvolvimento de tecnologias e funcionalidades que ampliem o acesso a informações de qualidade e resguardec direitos;

XI - garantir que os provedores e os serviços das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo respeitem a ordem jurídica e o povo brasileiros;

XII - fomentar a gratuidade do uso de aplicações de internet geradoras de trabalho e de renda e daquelas relevantes ao exercício da cidadania, por meio do reconhecimento da legitimidade do equilíbrio econômico necessário à sua manutenção pela iniciativa privada;

XIII - incentivar o estabelecimento de normas complementares por Entidade Privada de Autorregulação - EPA, regulada por esta lei e orientada pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, bem como a adoção de regras de governança;

XIV - fomentar a educação digital e o respeito às pluralidades de pensamento e de expressão legítimas.

CAPÍTULO VI DOS PODERES PÚBLICOS

Seção I

Da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 8º A PNDL reúne o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes para integração dos poderes públicos e órgãos essenciais à justiça na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

§ 1º São diretrizes para integração dos poderes públicos e dos órgãos essenciais à justiça, na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet:



I - a educação digital dos membros e servidores dos poderes públicos;

II - a organização integrada de seus órgãos e das respectivas ações com as desenvolvidas pelos provedores e pelas organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

III - a interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos, inclusive entre os diferentes poderes e âmbitos da Federação e entre estes e os setores da sociedade, para permitir o intercâmbio de informações;

IV - a modernização da estrutura e dos recursos tecnológicos disponíveis para promover a celeridade no exercício das funções públicas, com apoio do CDLE e da sociedade civil, para promover o bem comum, a segurança e a celeridade da justiça;

V – a participação no Conselho de Comunicação Social - CCS, criado no art. 224 da Constituição Federal e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, através da designação de representantes no CDLE.

§ 2º São instrumentos de efetivação da PNDL, entre outros:

I - o plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet;

II - os atos praticados no âmbito do CDLE;

III - as ações dos poderes públicos, dos órgãos essenciais à justiça e sua integração com os provedores e as organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

IV - as ações desenvolvidas pelo CDLE no âmbito do Conselho de Comunicação Social;

V - as pesquisas científicas e tecnológicas e o bom uso de seus resultados;

VI - a educação digital da população brasileira.



Seção II

Do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 9º Cabe ao Poder Executivo Federal a elaboração do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de dez anos, a ser atualizado a cada dois anos, contendo:

- I - diagnóstico atualizado do cenário;
- II - proposição de cenários e prognósticos, incluindo análise das tendências internacionais;
- III - metas e estratégias de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet;
- IV - programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas, incluindo o incentivo à implementação de planos estaduais, distrital e municipais integrados ao plano nacional;
- V - ações de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e ao aproveitamento de tecnologias para defender a liberdade de expressão e combater a prática de atos ilegais na internet;
- VI - ações de promoção da educação digital da população brasileira;
- VII - ações que promovam o respeito à diversidade, inclusive de crenças e opiniões e a harmonia social;
- VIII - ações de integração entre as forças policiais, o Ministério Público e o Poder Judiciário e destes com os provedores de aplicação de internet;
- IX - ações que incentivem a participação de órgãos públicos e da sociedade civil em programas de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet da sociedade civil, bem como o estabelecimento de metas de participação;



X - diretrizes para o planejamento de atividades que visem à defesa da liberdade de expressão e o combate integrado à prática de atos ilegais na internet pelos órgãos e entidades públicos;

XI - normas e condições de acesso a recursos da União, ou a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal;

XII – metas para aplicação de recursos públicos na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

XIII - meios de controle e fiscalização, no âmbito nacional, das ações do poder público estabelecidas no plano nacional;

XIV - criação de indicadores que auxiliem a avaliação de impacto das ações do poder público na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

Parágrafo único. O plano nacional será elaborado com participação social e considerará, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais e os relatórios elaborados pelo CDLE.

Seção III

Do Uso de Aplicações de Internet de Transmissão e Armazenamento de Conteúdo de Usuários pelos Poderes Públicos

Art. 10. É de interesse público o uso de aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários pelos poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelos órgãos essenciais à justiça, não lhes cabendo restringir a publicidade das contas e dos conteúdos sob sua responsabilidade.

§ 1º A conta de pessoa jurídica do poder público deve disponibilizar canal para qualquer usuário da aplicação de internet reportar desinformação veiculada na conta institucional.

§ 2º Não caracteriza restrição à publicidade da conta e dos conteúdos a limitação ou supressão de manifestação pública de outro usuário da aplicação de internet na conta da pessoa jurídica do poder público.



§ 3º São vedados aos órgãos e entidades dos poderes públicos o uso e a contratação de serviço de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que não cumpra a legislação brasileira.

§ 4º A vedação do § 3º deste artigo não se aplica ao uso e à contratação de aplicação de internet estrangeira para comunicação com usuários fora do território nacional, no interesse dos brasileiros que estejam provisória ou definitivamente fora do país ou das relações exteriores do Brasil.

Art. 11. Em observância ao disposto no art. 53 da Constituição Federal, as contas institucionais dos parlamentares em exercício, bem como seu conteúdo, somente poderão ser suprimidos ou ter alcance restringido por provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários em caso de ilicitude do conteúdo ou violação às políticas dos provedores, após ouvidas as razões dos parlamentares em prazo.

§ 1º A faculdade de ter mais de uma conta em uma aplicação de internet estende-se aos parlamentares em exercício, desde que disponível para todos os usuários.

§ 2º Os parlamentares em exercício poderão indicar apenas uma conta como institucional em cada aplicação de internet.

§ 3º Cabe ao provedor da aplicação de internet estabelecer os procedimentos de indicação das contas institucionais e de verificação de sua autenticidade, sendo-lhes vedado obstruir a imunidade parlamentar ou estendê-la indevidamente.

§ 4º Os provedores de aplicação de internet manterão junto às publicações de contas institucionais de parlamentares mecanismo que permita a usuários interessados:

- I - complementar dados ou informações divulgadas;
- II - visualizar e avaliar a pertinência e a qualidade das informações acrescentadas pelos demais usuários.

§ 5º As informações de que trata o § 4º serão tornadas públicas a todos os usuários da plataforma caso recebam aprovação de número



representativo de usuários, assegurada à comprovação do conteúdo divulgado por checadores de fatos, nos termos e condições definidos pelo provedor de aplicação.

§ 6º O provedor de aplicação deve dar ampla publicidade aos termos e condições de que trata o § 5º.

Art. 12. Os órgãos e entidades do poder público deverão conferir transparência ativa aos dados dos contratos que celebrarem com provedores de aplicações de internet, nos termos da legislação de transparência e acesso à informação.

TÍTULO II

DA TRANSMISSÃO E DO ARMAZENAMENTO DE CONTEÚDO DE USUÁRIOS EM APLICAÇÕES DE INTERNET

CAPÍTULO I

DOS USUÁRIOS

Seção I

Dos Direitos

Art. 13. Ao usuário de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários são assegurados os seguintes direitos:

I – identificação do provedor na interface da aplicação de internet, bem como de sua representante brasileira, caso sediado fora do território nacional;

II - adequação do ambiente da aplicação de internet à faixa etária recomendada pelo provedor nos termos e condições de uso;

III - não-discriminação ilegal ou abusiva e correção de critérios adotados para segmentação e perfilização;

IV - identificação, em tempo real, da interação direta com sistema automatizado e suas características;



V - privacidade e proteção de dados pessoais, nos termos da legislação específica;

VI - inviolabilidade e sigilo de comunicações privadas, salvo determinação contrária por ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

VII - correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante requerimento próprio;

VIII - exclusão de dados pessoais, mediante requerimento próprio, ressalvados aqueles necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda legalmente impostos ao provedor;

IX - disponibilização de informações claras e objetivas pelo provedor, nos termos e condições de uso, sobre:

a) a descrição geral da aplicação de internet e das finalidades de seu uso;

b) a faixa etária à qual o uso da aplicação é adequado;

c) a natureza e finalidade do tratamento de dados pessoais e suas consequências e o uso de sistema automatizado com essa finalidade, se houver;

d) os tipos de segmentação e perfilização adotados e os dados utilizados para estas finalidades, bem como as consequências para o usuário;

e) as funções e características gerais dos sistemas automatizados envolvidos nos processos de tomada de decisão, segmentação, perfilização e moderação de conteúdo e conta;

f) as circunstâncias em que poderá haver interação direta do usuário com sistema automatizado;

g) as medidas de segurança que podem ser determinadas pelo provedor preventiva e reativamente, incluídas aquelas de moderação de conteúdo ou conta;

h) os procedimentos necessários para o exercício de direitos pelo usuário junto ao provedor.



X - conhecimento dos dados e critérios utilizados e da base legal ou contratual para os atos do provedor que envolvam supressão ou restrição de sua conta ou conteúdo, acompanhados de indicação se a decisão se deu, no todo ou em parte, por sistema automatizado, caso em que deverão ser informadas ainda:

a) a descrição geral do sistema automatizado;

b) a proporção da contribuição do sistema automatizado para a tomada da decisão;

XI - contestação das decisões tomadas pelo provedor relacionadas à restrição ou supressão de sua conta ou de conteúdo em relação ao qual requereu transmissão ou armazenamento, de forma simples, expedita e gratuita;

XII - notificação ao provedor do uso da aplicação por outros usuários para transmitir ou armazenar conteúdo ilegal, de forma simples e gratuita;

XIII - obtenção de resposta fundamentada, em linguagem clara, no idioma português e em prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso, à sua notificação ou contestação;

XIV - solicitação de intervenção ou revisão humana de decisão que envolva preponderantemente sistema automatizado e seja apta a produzir efeitos jurídicos relevantes ou que impactem de maneira significativa seus interesses;

XV - solicitação de substituição de conteúdo ou conta suprimidos pela decisão do provedor ou pela ordem judicial que determinou a supressão;

XVI - reparação civil de danos causados pelo uso ilegal da aplicação de internet, bem como a provocação das autoridades competentes com vistas à responsabilização criminal, quando for o caso, do usuário que solicitou a transmissão ou o armazenamento do conteúdo danoso;

XVII - transmissão ou armazenamento de conteúdo que consista em exercício de direito de resposta, de forma proporcional ao agravo,



mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

XVIII – acesso a informações que permitam a identificação do usuário que cometer os crimes previstos nos arts. 138 e seguintes do capítulo V, do Título I, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, quando vítima desses crimes.

§ 1º Prazo razoável é aquele previamente homologado pela EPA ou aquele estabelecido pelo provedor e que promova o equilíbrio entre:

I - a gravidade do dano coletivo potencial da transmissão ou armazenamento do conteúdo reportado em notificação;

II - o alcance potencial ou obtido do conteúdo reportado em notificação já obteve;

III - o volume de notificações relacionadas àquele conteúdo.

§ 3º São nulos de pleno direito os termos e condições que violem direitos estabelecidos neste artigo.

§4º A identificação do usuário prevista no inciso XVIII deverá ser utilizada apenas para fins judiciais ou processuais, sendo garantido ao denunciante o acesso à identificação do usuário suspeito, incluindo endereço e identidade, quando disponível no âmbito do serviço, para fins de citação judicial, em obediência à vedação constitucional ao anonimato, conforme disposto no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal.

Seção II

Do Dever Constitucional de Identificação

Art. 14. Em cumprimento à vedação estabelecida no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal, o usuário deverá identificar-se por meio do seu cadastro de pessoa física, CPF, para exercer sua liberdade de expressão.

§ 1º A proteção conferida no art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal determina o caráter sigiloso dos dados pessoais, bem como impõe que o registro e a guarda observem a legislação específica.



§ 2º Somente ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, poderá determinar a exibição de registro.

§ 3º A identificação de uma pessoa física ou jurídica é necessária ainda que a aplicação de internet seja usada no interesse de entidade despersonalizada.

§ 4º Quando a potencial vítima de ato ilegal praticado na internet for criança ou adolescente, a exibição do registro poderá ser requisitada por autoridade policial ou pelo Ministério Público, em cumprimento ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal.

Seção III

Das Vedações

Art. 15. É vedado ao usuário:

I - requerer transmissão ou armazenamento de conteúdo em relação ao qual tenha conhecimento de que o teor ou os efeitos sejam contrários aos termos e condições de uso da aplicação de internet ou à legislação brasileira;

II - reputar ilegalidade ou desconformidade contratual a conteúdo ou conta em relação a que tenha conhecimento da legalidade ou da conformidade;

III - impedir que o provedor publique, em sua conta na aplicação de internet, se houver, conteúdo que consista em resposta a agravo para o qual tenha contribuído, mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Seção IV

Das Responsabilidades

Art. 16. O usuário é responsável civil e criminalmente por todos os atos que pratica ao usar aplicação de internet, inclusive os relacionados a



sua identificação para o provedor e à disseminação de conteúdo de autoria de terceiros.

CAPÍTULO II DOS PROVEDORES

Seção I

Dos Direitos

Art. 17. São direitos do provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários:

I - manutenção do equilíbrio econômico, nos casos em que o uso do serviço seja gratuito;

II - preservação do segredo comercial ou industrial, dos quais faz parte o balanceamento de critérios de segmentação e perfilização por sistemas automatizados;

III - livre estabelecimento de termos e condições de uso da aplicação de internet, observada a ordem jurídica brasileira, notadamente esta lei e aquelas elencadas no art. 4º, § 2º;

IV - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos contrários às condições de uso da aplicação, preventiva ou reativamente, e a aplicação de medidas de supressão ou restrição de conteúdo, conta ou remuneração de usuário, desde que a moderação e seus processos constem dos termos e condições de uso;

V - livre associação a outros provedores e adesão a normas complementares de autorregulação setorial;

VI - elaboração e adoção de códigos de conduta e outras medidas de governança empresariais.

Parágrafo único. O direito estabelecido no inciso I representa garantia de equilíbrio econômico e seu exercício está condicionado, cumulativamente:



I - à proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação específica;

II - ao aceite expresso e específico do usuário.

Seção II

Do Direito Específico do Provedor de Transmissão de Conteúdo de Usuários

Art. 18. O provedor de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuários poderá adotar mecanismos de privacidade para garantir o sigilo das comunicações interpessoais insculpido no art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não poderão ser adotados mecanismos de privacidade que impeçam o provedor de cumprir deveres de registro e de guarda ou deveres específicos estabelecidos nesta lei.

Seção III

Dos Deveres Gerais nos Termos e Condições de Uso

Art. 19. O provedor de aplicação de internet deverá garantir a adequação dos termos e condições de uso à ordem jurídica brasileira e publicá-los com licença aberta e em formato legível por máquina.

Parágrafo único. Os termos e condições de uso deverão ser redigidos no idioma português, em linguagem clara e objetiva e elencar os direitos e deveres do provedor e dos usuários, devendo conter ainda:

I - endereço eletrônico do provedor para recebimento de citações e intimações, nos termos da legislação processual;

II - sumário com as principais características dos serviços e os principais elementos contidos nos termos e condições de uso;

III - faixa etária dos usuários aos quais o serviço se destina;

IV - riscos potenciais do uso da aplicação e mecanismos de controle parental fornecidos ou compatíveis com a aplicação de internet;



V - informações sobre rastreamento de navegação para além de sua interface;

VI - os tipos de conteúdos que não poderão ser transmitidos ou armazenados;

VII – informação de que o conteúdo e a conta do usuário estarão sujeitos a medidas de segurança, inclusive à moderação, conforme explicitado de forma clara e transparente nos termos de serviço;

VIII - informação sobre as circunstâncias em que as medidas de segurança poderão ser implementadas e suas consequências, especificando-as;

IX – informações sobre procedimentos para notificação do provedor e contestação de suas decisões;

X - os prazos estipulados para resposta a notificação e a contestação de decisão do provedor emanadas do usuário;

XI - descrição geral dos sistemas automatizados e os principais parâmetros de recomendação, segmentação, perfilização e moderação;

XII - advertência sobre a responsabilidade civil e criminal do usuário pelos atos praticados por meio da aplicação de internet, inclusive os relacionados à sua identificação civil e à disseminação de conteúdo ilegal de autoria de terceiros.

Art. 20. Os termos e condições de uso são cláusulas de contrato de adesão que obrigam o provedor e, ainda, o usuário que o aceitar expressamente, assegurado o dever de informação, de forma acessível e simples.

§ 1º É válido o aceite expresso do usuário civilmente capaz, devendo o provedor, sob pena de nulidade do ato de consentimento, observar a legislação civil quanto à necessidade de representação ou assistência dos absoluta e relativamente incapazes.

§ 2º O tratamento de dados pessoais pelo provedor requer aceite expresso e específico do usuário, nos termos da legislação pertinente à



proteção de dados pessoais, sendo facultado ao provedor condicionar o uso gratuito da aplicação de internet a tal aceite.

§ 3º O provedor poderá alterar unilateralmente os termos e condições de uso, desde que:

I – informe previamente o usuário, de forma clara, os termos da alteração e a sua justificativa da alteração; e

II - colete o consentimento do usuário para as novas funcionalidades ou serviços decorrentes da atualização e garanta a possibilidade de resolução do contrato, em prazo razoável.

Seção IV

Dos Deveres Gerais de Identificação, Registro e Guarda

Art. 21. O provedor deverá exigir a identificação de uma pessoa física ou jurídica responsável por conteúdo e por conta.

§ 1º O provedor deverá registrar e guardar os dados pessoais em caráter sigiloso, pelo prazo de um ano, assegurando a proteção contida no inciso LXXIX, do art. 5º da Constituição Federal e na legislação específica.

§ 2º É responsabilidade do provedor promover o registro dos acessos às contas e manter a guarda das informações pelo prazo de um ano.

§ 3º Ordem judicial ou requerimento de autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou investigação de seu descumprimento pode determinar a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei, desde que observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º, do art. 50 e do art. 52.

§ 4º Somente ordem judicial específica poderá determinar a disponibilização de registro de identificação ou de acesso, de forma autônoma ou associada a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.



§ 5º A disponibilização de registros de que trata o § 4º poderá ser determinada ainda pela autoridade policial ou pelo Ministério Público, nos casos em que a identificação do usuário ou do terminal for indispensável à prevenção de risco iminente ou à preservação da vida ou da integridade física de criança ou adolescente.

Art. 22. O provedor deverá guardar pelo prazo de um ano, a partir da remoção ou supressão, dados e informações de conteúdo e conta que tenha restringido ou suprimido, bem como quaisquer dados conexos, em cumprimento aos deveres estabelecidos nesta lei.

Seção V

Do Dever Geral de Remoção de Conteúdos Ilegais

Art. 23. O provedor é responsável pela remoção de todo conteúdo manifestamente ilegal, notadamente o que:

I - defenda, promova ou incite a violência, a intolerância, a discriminação ou qualquer distinção ilegal que importe em exclusão ou restrição em função de características pessoais;

II - tenha como efeito anular ou restringir o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, de direito ou liberdade fundamental, especialmente em razão de características pessoais e convicções políticas ou religiosas;

III - apresente indícios de abuso contra criança ou adolescente, incluindo pornografia infantil, crimes contra a soberania nacional, contra o estado democrático de direito, de terrorismo, crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, e tráfico de pessoas;

IV - contrarie as normas brasileiras relacionadas a publicidade e propaganda.

V – configure prática de crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, nos termos do art. 122 do Código Penal.



§ 1º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade às normas brasileiras pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica.

§ 2º As obrigações previstas no caput deste artigo são aplicáveis a todas as partes do conteúdo, inclusive imagem, vídeo, miniatura, título, descrição e etiquetas.

§3º No caso dos danos decorrentes de conteúdos que configurem prática de crimes graves, o provedor será responsabilizado civilmente por falha sistêmica quando deixar de adotar medidas adequadas para sua prevenção ou remoção, notadamente nos casos previstos nos incisos I, II, III e V deste artigo.

§4º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade às normas brasileiras pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica

Art. 24. Nas hipóteses dos crimes previstos nos arts. 138 e seguintes do capítulo V, do Título I, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, o provedor de aplicações de internet não será responsável por remover conteúdo gerado por terceiros, exceto após ordem judicial específica, e sem prejuízo da possibilidade de remoção por notificação extrajudicial.

Seção VI

Dos Deveres Específicos do Provedor que Oferece Condições Diferenciadas de Uso para Finalidades Comerciais

Art. 25. O provedor de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que ofereça condições diferenciadas de uso para finalidades comerciais deverá garantir que a transmissão do conteúdo contenha identificação do usuário remetente acessível ao usuário destinatário.



Seção VII

Dos Deveres Específicos do Provedor Remunerado

Art. 26. O provedor de aplicação de internet que prestar serviços mediante remuneração deverá informar quais serviços requerem remuneração, os tipos de conteúdo elegíveis, bem como aqueles que poderão ensejar limitação de alcance, em conformidade com a legislação brasileira.

Parágrafo único. Caracterizam prestação de serviço mediante remuneração, dentre outros, os seguintes:

- I - a publicidade de conteúdo ou conta;
- II - a propaganda, exceto aquelas a que a lei confira caráter gratuito;
- III - a ampliação de alcance de conteúdo ou conta;
- IV - a segmentação de usuários destinatários de transmissão ou armazenamento de conteúdo específico.

Art. 27. O provedor deverá registrar e guardar documento de identificação da pessoa responsável pelo contrato de prestação de serviço mediante remuneração e, caso não seja a mesma, da pessoa responsável pela produção do conteúdo transmitido ou armazenado, observada a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Os dados das pessoas físicas serão registrados e guardados em caráter sigiloso, exceto na hipótese mencionada no art. 24, observadas as disposições e exceções contidas na legislação específica de proteção de dados pessoais e de defesa do consumidor.

§ 2º O dever de guarda subsiste até um ano após a transmissão ou armazenamento do conteúdo.

§ 3º O descumprimento do dever estabelecido no caput deste artigo permite que o conteúdo transmitido ou armazenado seja atribuído ao provedor como próprio.



Art. 28. O provedor deverá identificar de forma clara, inequívoca e em tempo real o caráter remunerado da transmissão ou do armazenamento aos usuários, fornecendo-lhes informações:

I - de que conteúdo é transmitido ou armazenado mediante remuneração, por meio de sinalização visível na interface da aplicação;

II - dos principais parâmetros utilizados para determiná-lo como destinatário da transmissão ou armazenamento do conteúdo, acessíveis a partir do conteúdo pago;

III - das formas de alteração dos parâmetros de segmentação pelo usuário, se houver.

Seção VIII

Dos Deveres Específicos dos Provedores de Armazenamento

Art. 29. O provedor de aplicação de internet de armazenamento, em cumprimento à função social constitucionalmente atribuída à empresa, deverá adotar as seguintes medidas de moderação de conteúdo ilegal reativamente:

I - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos ilegais, de forma preventiva e reativa;

II - restrição de alcance ou supressão de conteúdo e conta e da remuneração de usuário, nas condições estabelecidas nesta lei, a partir do momento em que tenha conhecimento da ilegalidade do conteúdo.

§ 1º O provedor deverá adotar medidas preventivas de supressão de conteúdo que contenha imagens, vídeos ou outros materiais que representem abuso, inclusive sexual, de crianças e adolescentes, nos termos da Lei nº 15.211 de 17 de setembro de 2025.

§ 2º Os mecanismos de identificação de conteúdos ilegais podem ser automatizados, caso o uso do serviço seja gratuito e o provedor seja associado à Entidade Privada de Autorregulação - EPA.



Art. 30. Presume-se o conhecimento do provedor sobre a transmissão ou armazenamento de conteúdo ilegal na aplicação de internet quando:

I - intimado regularmente de ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

II - recebido requerimento específico validamente emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, observado o disposto no art. 52 desta lei;

III - notificado por qualquer usuário, na forma estabelecida e após o decurso integral do prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso para resposta, que informe que conteúdo ou uma conta específicos:

a) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, sem autorização de seus participantes;

b) é manifestamente ilegal, nos termos do § 1º do art. 23.

Art. 31. O provedor de internet deverá remunerar o titular de direitos econômicos pela transmissão, armazenamento ou indexação do conteúdo.

§ 1º São titulares de direitos econômicos, para os fins desta lei:

I - aquele que a legislação brasileira de direitos autorais e conexos assim caracterizar;

II - a pessoa jurídica estabelecida no Brasil que, independente do meio utilizado, promova regularmente a edição de jornal, revista ou qualquer outro tipo de repositório de notícias.

§ 2º O titular de direitos econômicos ou seu representante deverá notificar o provedor da sua intenção de firmar contrato de remuneração.

§ 3º As condições, critérios, formas e prazos de remuneração dos titulares de direitos econômicos deverão considerar a totalidade das



receitas, inclusive de publicidade, geradas em benefício do provedor e serão estabelecidos em contrato.

§ 4º Caso o provedor se recuse ou permaneça inerte por mais de quinze dias após o recebimento da notificação, o titular de direitos econômicos poderá requerer que as condições, critérios, formas e prazos de remuneração sejam estabelecidos por decisão judicial.

§ 5º O titular de direitos econômicos poderá excluir do dever de remuneração a transmissão ou armazenamento exclusivo de Localizador Padrão de Recurso (URL) e o uso de hiperlinks pelo provedor.

§ 6º É vedado ao provedor frustrar ou reduzir a remuneração devida ao titular de direitos econômicos por quaisquer meios, inclusive por meio de contabilização de receitas em domicílio fiscal situado no exterior.

§ 7º Excluem-se do dever de remuneração os usos permitidos por limitações e exceções legais aos direitos autorais e conexos.

Seção IX

Dos Deveres Específicos do Provedor de Transmissão

Art. 32. O provedor que oferece serviço de transmissão de conteúdo de usuários, mesmo que de forma acessória a outros serviços, sem acesso ao teor do conteúdo que transmite, deverá guardar informações suficientes para identificar a primeira conta da cadeia de transmissões cujo conteúdo for denunciado como ilegal por um ou mais usuários da aplicação de internet.

§ 1º O dever de guarda permanece até um ano após a última denúncia ou última transmissão, o que ocorrer por último.

§ 2º O provedor só poderá disponibilizar as informações relacionadas no caput deste artigo em cumprimento a ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 33. O provedor de serviço de transmissão de conteúdo de usuários deverá adotar mecanismos para garantir que o usuário possa:



I - consentir previamente para ser incluído em grupos de mensagens, listas de transmissão ou outros tipos de agrupamentos de usuários;

II - modificar os parâmetros relacionados à necessidade de identificação do usuário remetente na lista de contatos do usuário destinatário ou à necessidade de identificação do usuário destinatário na lista de contatos do usuário remetente.

Parágrafo único. O provedor deverá garantir que o conteúdo de usuário remetente que utilize o serviço para difusão ao público de informações não criptografadas em que usuários podem se inscrever como destinatários contenha etiqueta de identificação da conta de origem quando transmitido.

Seção X

Dos Deveres Específicos do Provedor de Aplicação de Internet de Grande Alcance

Art. 34. Os provedores de aplicação de internet de grande alcance devem manter a informação de que a aplicação de internet é caracterizada como de grande alcance acessível ao público em geral, não somente aos usuários.

Parágrafo único. As aplicações de internet de grande alcance serão consideradas meios de comunicação social para efeitos:

I - de aplicação das normas brasileiras relacionadas à publicidade e à propaganda;

II - do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a partir de 15 de agosto do ano eleitoral e até o encerramento da eleição.

Art. 35. Os provedores, considerando a ampliação do risco de danos ocasionada pela velocidade de disseminação de conteúdos e pelo grande alcance da aplicação de internet, serão obrigados a:

I - elaborar e adotar código de conduta empresarial;



II - disponibilizar ao usuário repositório dos conteúdos pagos destinados a ele nos últimos seis meses;

III - aprimorar continuamente os processos de moderação de conteúdo para garantir mais agilidade e qualidade às decisões de restrição ou supressão e às respostas a notificações e contestações de usuários.

IV – adotar medidas de identificação, análise e atenuação de riscos sistêmicos decorrentes da concepção ou do funcionamento da aplicação de internet e de seus sistemas, inclusive automatizados;

V – elaborar relatórios semestrais de atuação que demonstrem o cumprimento dos deveres legais e autorregulatórios e as ações implementadas em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais;

VI - apresentar os relatórios semestrais mencionados no inciso V do caput deste artigo ao CDLE para análise.

§ 1º Os relatórios mencionados no inciso V do caput deste artigo deverão incluir o número de usuários da aplicação de internet atualizado e:

I - o número de notificações de usuários sobre conteúdo ilegal e de decisões de supressão e de restrição tomadas reativamente;

II - o número de contestações de usuários às medidas de moderação e de decisões revertidas;

III - informações sobre os tipos de ilegalidade que mais ensejaram medidas de restrição e supressão, tanto aplicadas diretamente pelo provedor, quanto em cumprimento a determinações judiciais;

IV - informações sobre medidas de moderação preventiva e sua efetividade, especialmente aquelas que visam impedir a disseminação de conteúdos relacionados a abusos contra crianças e adolescentes, impactos negativos relevantes na dimensão coletiva de direitos e liberdade fundamentais, a incitação e a prática de crimes contra a soberania nacional, o regime democrático e o pluripartidarismo;



V - informações suficientes para demonstrar o cumprimento dos deveres estabelecidos nesta lei, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Cabe à EPA, ouvido o CDLE, estabelecer formas e critérios de cumprimento das obrigações elencadas nos incisos do caput deste artigo para os provedores associados, em caráter complementar a esta lei, sem contrariá-la.

§ 3º Caso a EPA não seja instituída nos moldes desta lei ou, ocorrendo sua instituição regular, se não forem editados os atos normativos complementares necessários à análise do CDLE, caberá a este Comitê estabelecê-los, com base nesta lei, sem contrariá-la.

§ 4º As análises do CDLE considerarão o conjunto de esforços e medidas adotadas pelo provedor, não cabendo análise de casos específicos.

Art. 36. O provedor deverá atender, em prazo razoável, requerimento do CDLE de acesso a informações gerais que contribuam para a defesa da liberdade de expressão e para o combate à prática de atos ilegais na internet pelos poderes públicos.

Seção XI

Do Dever de Adequação à Ordem Jurídica Brasileira do Provedor Estrangeiro

Art. 37. A prestação de serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários por meio de aplicação de internet no âmbito especificado no art. 4º desta lei requer adequação à ordem jurídica brasileira.

Art. 38. O provedor estrangeiro deverá ser representado no Brasil por pessoa jurídica com capacidade funcional e financeira de cumprir integralmente as determinações de autoridades públicas brasileiras destinadas à representante.

§ 1º A pessoa jurídica representante deverá assumir em instrumento público, sob responsabilidade, as seguintes obrigações:



I - reconhecer os contratos de prestação de serviço mediante remuneração celebrados pela representante, inclusive os de publicidade, propaganda e ampliação de alcance;

II - garantir que o contrato de prestação de serviço mediante remuneração e que o conteúdo pago transmitido ou armazenado pela representada respeitem a ordem jurídica brasileira, inclusive em relação às restrições impostas à publicidade e à propaganda.

§ 2º O instrumento público de representação mencionará o endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações emitidas por autoridades brasileiras, nos termos da legislação processual, e deverá conter poderes específicos para que a representada, em âmbito judicial e extrajudicial:

I - receba citação, intimação, notificação e demais comunicações;

II - responda, manifeste, transija, firme compromisso e celebre acordo;

III - cumpra ordens judiciais e outras determinações das autoridades públicas brasileiras dirigidas à representada.

§ 3º A autoridade competente poderá requerer judicialmente a imposição de sanções à representante e à representada, inclusive a suspensão de atividades no Brasil, até o cumprimento integral das obrigações determinadas neste artigo.

§ 4º As empresas que compõem o grupo econômico da representante, em âmbito nacional ou internacional, são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações determinadas neste artigo.

Seção XII

Das responsabilidades dos provedores

Art. 39. O provedor só poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes da transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuário caso o conteúdo seja objeto de:



I - ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, da qual o provedor tenha sido regularmente intimado;

II - requerimento específico, observado o disposto no art. 55 desta lei, emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, que tenha efetivamente recebido;

III - notificação de qualquer usuário, decorridos integralmente os prazos estipulados nos termos e condições de uso para respostas, que informe que o conteúdo:

a) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de abusos contra criança ou adolescente;

b) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, da qual o usuário afirme participar, transmitidos ou armazenamento sem sua autorização;

c) é manifestamente ilegal, nos termos do § 1º do art. 23.

IV - comprovação de descumprimento do dever de garantir a adequação à ordem jurídica nacional em relação a conteúdos transmitidos ou armazenamentos mediante remuneração ou do dever de proteção de dados pessoais.

§ 1º A notificação prevista no inciso III do caput deste artigo deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação e localização específicas do material ilegal e, caso o usuário notificante pretenda conscientemente induzir o provedor a erro, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente.

§ 2º A responsabilidade civil do provedor é subjetiva e solidária, enseja direito de regresso contra o usuário remetente e só é cabível quando, cumulativamente:

I - ocorrer uma das hipóteses especificadas no caput deste artigo; e



II - o provedor não tomar providências para, no âmbito e nos limites técnicos do serviço, restringir ou suprimir o conteúdo ou a conta.

Art. 40. A responsabilidade civil do provedor por conteúdo de usuário será objetiva apenas no caso de descumprimento de obrigação de registro ou de guarda estabelecida nesta lei.

Art. 41. A adesão voluntária do provedor de aplicação de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários à EPA constituída conforme esta lei enseja presunção de boa-fé e deverá ser considerada em decisões judiciais.

TÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NA DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

CAPÍTULO I

DO COMITÊ DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRAÇÃO NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

Art. 42. A atribuição especial conferida na alínea “a” do caput do art. 2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 ao Conselho de Comunicação Social, será exercida, no âmbito da internet, pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, instituído no âmbito do CCS como órgão multissetorial com autonomia funcional e regimento interno próprio.

CAPÍTULO II

DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PRIVADA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 43. Os provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, exercendo a liberdade



constitucional de associação, poderão instituir entidades privadas, inclusive de autorregulação.

Seção II

Da Entidade Privada de Autorregulação

Art. 44. A Entidade Privada de Autorregulação Regulada - EPA, desde que constituída e em operação integralmente conforme as disposições desta lei, participará do CDLE, nos termos da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O instrumento público de constituição da EPA deverá mencionar, no mínimo:

- I - sua autonomia funcional, orçamentária e financeira;
- II - sua sede e foro no Distrito Federal;
- III - sua jurisdição nacional; e
- IV - seu custeio pelos provedores que a ela aderirem.

Art. 45. O regimento interno da Entidade Privada de Autorregulação - EPA deverá:

- I - determinar que a participação financeira dos provedores no custeio da entidade observe o número de aderentes e a proporção da participação de cada um no mercado brasileiro;
- II - prever que haverá, dentre outros, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Superintendente-Geral;
- III - prever as hipóteses em que, no interesse da entidade, o Superintendente-Geral poderá substituir o Presidente ou o Vice-Presidente da entidade no CDLE;
- IV - prever a capacidade da EPA para celebrar acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça;
- V - estabelecer as competências da EPA, sem prejuízo daquelas constitucionalmente conferidas aos poderes públicos e das funções



do Ministério Público, observada a regulação desta lei e a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;

VI - prever o caráter obrigatório dos atos normativos e das decisões da EPA para os provedores associados.

Parágrafo único. As competências estabelecidas conforme os incisos IV a VI do caput deste artigo incluirão:

I - a edição de atos normativos que:

a) instituem obrigações complementares para efetivação dos objetivos do SBDL;

b) determinem os procedimentos necessários para cumprimento das obrigações complementares e estabeleçam critérios de avaliação;

c) instituem sanções por descumprimento das obrigações complementares, aptas a desencorajar seu descumprimento;

d) estabeleçam critérios de aplicação gradativa de penalidades que guardem proporção com a capacidade econômica do provedor;

II - a aplicação das sanções mencionadas na alínea “c” do inciso I do parágrafo único deste artigo;

III - a elaboração e o encaminhamento trimestral de relatórios para o CDLE que comprovem a atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

IV – a celebração de acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça, com efeito vinculativo para os provedores associados;

V - a homologação de prazos razoavelmente estabelecidos pelos provedores associados nos termos e condições de uso das aplicações de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários;

VI - outras que os provedores associados, observando esta lei, validamente estabelecerem.



TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Na interpretação e na aplicação desta lei serão levados em conta, além dos princípios e objetivos previstos e do regime legal de responsabilidade compartilhada, a natureza da internet, seus usos e costumes e sua importância para a promoção do desenvolvimento humano, econômico-social e cultural.

Art. 47. A distribuição de competências indelegáveis aos poderes públicos na Constituição Federal, assim como o estabelecimento de funções essenciais à justiça, impõem que a interpretação das obrigações e das hipóteses de responsabilização dos provedores de aplicação de internet seja sempre restritiva.

Art. 48. A guarda e a disponibilização dos registros de identificação e de acesso a aplicações de internet de que trata esta lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

Art. 49. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial ou arbitral, em caráter incidental ou autônomo, requerer justificadamente ao juiz que ordene ao provedor responsável pela guarda de registros de identificação de usuário determinado ou de acesso específico:

I - a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei pelo prazo necessário à efetivação da justiça;

II - a exibição dos registros.

§ 1º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e



III - período ao qual se referem os registros.

§ 2º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, a ordem judicial que determine a prorrogação do prazo legal de guarda de registros de identificação e acesso ou sua exibição ou aquela que determine a restrição ou supressão de conteúdo ou conta, deverá conter, sob pena de nulidade:

I - informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara, específica e suficiente;

II - determinação expressa e específica de limitação ou supressão de conteúdo ou conta determinados;

III - o prazo e a extensão das determinações contidas na decisão;

IV - as formas, as condições e o prazo relacionados ao exercício constitucional do direito de resposta, nos casos em que for determinado.

§ 3º A autoridade judicial deverá atentar-se para os prazos legais de guarda determinados nesta lei, devendo restringir as solicitações a conteúdo transmitido ou armazenado até um ano antes da data da intimação eletrônica do provedor.

§ 4º Caso a ordem judicial seja dirigida a provedor de transmissão, deverá limitar-se a determinar o fornecimento de informações suficientes para identificar a primeira conta denunciada por outros usuários, observada a contagem do prazo legal de guarda prevista no § 1º do art. 32.

§ 5º O juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 6º Não configura descumprimento de decisão judicial a prática de atos necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda estabelecidos nesta lei.



Art. 50. Cabe ao juiz tomar as providências necessárias à garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário, podendo determinar segredo de justiça, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.

Art. 51. Na aplicação de sanções pelo descumprimento desta lei, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Art. 52. A autoridade policial ou o Ministério Público poderá requerer ao provedor que os registros de acesso sejam guardados por prazos superiores aos dos deveres de guarda, especificando as informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara e suficiente.

§ 1º A autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de prorrogação do prazo legal de guarda ou de exibição dos registros.

§ 2º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no caput deste artigo, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 1º.

§ 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 53. A defesa dos interesses e dos direitos estabelecidos nesta Lei poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma da lei.

Art. 54. A Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 passa a vigorar com as seguintes alterações:



"Art. 2º-A - É instituído, no âmbito do Conselho de Comunicação - CCS, o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, órgão multissetorial, com autonomia funcional e regimento interno próprio cabendo-lhe, com exclusividade, no âmbito da internet, e nos termos da legislação, a atribuição elencada na alínea "a" do caput do art. 2º desta lei.

Art. 2º-B - Compete ao CDLE, no exercício da atribuição elencada na alínea "a" do caput do art. 2º desta lei, com autonomia e exclusividade:

I - promover a integração e a articulação entre os Poderes Públicos, os provedores de aplicação de internet e as organizações da sociedade civil para celebração de acordos de cooperação que:

a) confirmam proteção prioritária às crianças e adolescentes;

b) contribuam para a manutenção da saúde pública e a minimização de danos em calamidades públicas;

c) garantam celeridade à efetivação da justiça, inclusive através da disponibilização de ferramentas tecnológicas que contribuam para a eficiência no desempenho de funções constitucionais pelas autoridades competentes;

d) acelerem o desenvolvimento de tecnologias que proporcionem mais segurança ao ambiente virtual, especialmente na prevenção de crimes contra o estado democrático de direito, crimes de discriminação e crimes contra crianças e adolescentes;

e) contribuam na diminuição do número de medidas de moderação de conteúdos, sem prejudicar a segurança no ambiente da internet;

f) dificultem o fornecimento de informações pessoais falsas por usuários aos provedores;



g) permitam que informações de interesse social, como aquelas referentes à promoção da saúde pública ou à minimização de danos em calamidades públicas alcancem amplamente a população brasileira com menos gastos públicos;

h) otimizem as ações dos poderes públicos para promoção da cidadania, para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a geração de trabalho e renda aos brasileiros;

i) ampliem a eficácia das ações das autoridades públicas para proteção de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e qualquer outro grupo hipossuficiente;

j) consistam em apoio tecnológico ou financeiro dos provedores aos poderes públicos no desempenho de suas funções constitucionais;

k) promovam a integração geopolítica do Brasil com outros países na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

II - trimestralmente, receber e analisar relatórios da Entidade Privada de Autorregulação - EPA, instituída conforme a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, que demonstre sua atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

III - semestralmente, receber e analisar relatórios dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuário de grande alcance, nos termos da Lei do SBDL;

IV - anualmente, elaborar relatórios sobre as ações integradas e de seus resultados para subsidiar as atualizações do plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet e encaminhá-los ao Poder Executivo federal;



V – elaborar seu regimento interno, observadas as disposições desta lei e da Lei do SBDL, que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Congresso Nacional;

VI - editar os atos normativos complementares à regulação estabelecida na Lei do SBDL, caso não seja instituída a Entidade Privada de Autorregulação - EPA, nos termos da lei referida, ou, havendo a instituição, caso a EPA não estabeleça normas autorregulatórias necessárias ao exercício das competências legais do CDLE.

Parágrafo único. É atribuição de cada membro do CDLE identificar e propor ações que promovam os objetivos elencados na Lei do SBDL.”

“Art. 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social - CCS, respeitadas a atribuição e as competências exclusivas conferidas nesta lei ao CDLE, elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela mesa do Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 4º

.....

X - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuários;

XI - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de usuários.

.....” (NR)

“Art. 4º-A - O Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE compõem-se de:

I - dois representantes do Senado Federal;

II - dois representantes da Câmara dos Deputados;



- III - um representante do Ministério das Comunicações;
- IV - um representante do Ministério da Justiça e Segurança;
- V - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- VI - um representantes do Conselho Nacional de Justiça;
- VII - um representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- VIII - um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP);
- IX - um representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil;
- X - o Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;
- XI - o Vice-Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;
- XII - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuário associadas à EPA;
- XIII - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de usuário associadas à EPA;
- XIV - um representante de associação de provedores de conexão à internet;
- XV - dois representantes de organizações da sociedade civil cuja finalidade seja semelhante a pelo menos um dos objetivos do SBDL.
- XVI - dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);



XVII - dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);

§ 1º Cada membro do CDLE terá um suplente exclusivo.

§ 2º Os membros elencados no inciso XIV do caput deste artigo e seus respectivos suplentes serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 3º Os membros do CDLE e seus respectivos suplentes serão nomeados pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 4º O regimento interno do CDLE, observada esta lei e as normas da Lei do SBDL, disporá, dentre outras regras, sobre:

I - sua coordenação, determinando os critérios de eleição, substituição e alternância;

II - o funcionamento normal do Comitê com a composição reduzida aos membros elencados nos incisos I a VIII, XIII e XIV do caput deste artigo, caso a EPA não seja instituída nos termos da Lei do SBDL;

III - o mandato dos membros do CDLE, cujo prazo será de dois anos, exceto para os membros mencionados nos incisos IX e X do caput deste artigo e as hipóteses de recondução;

IV - as sessões ordinárias e extraordinárias, sua convocação, o quórum de instalação e o de decisão;

IV - a autorização regimental para que o Superintendente-Geral da EPA, instituída nos termos da Lei do SBDL, substitua o Presidente e o Vice-Presidente da entidade nas sessões do CDLE, no interesse da EPA.

§ 5º A participação no CDLE é de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração.”

“Art. 8º



§ 1º Haverá nova eleição para o Conselho de Comunicação Social - CCS, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, sendo permitida a recondução de membro em exercício.

§ 2º Os membros do CDLE mencionados no inciso XIV do artigo art. 4º-A desta lei serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do SBDL.

§ 3º Os membros do Conselho de Comunicação Social e o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet serão nomeados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até quarenta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet, devendo ser instalado em até cinco dias após as nomeações.” (NR)

Art. 55. A Lei nº 13.709, de 14 de abril de 2018 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

...

.....

V - por provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, naquilo que contrariar a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL.

....." (NR)

Art. 56. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

.....



VII - busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Art. 3º

.....

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, vedado o anonimato, nos termos da Constituição Federal;

.....

IX - rastreabilidade de conteúdo publicado, por meio de metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação;

X - integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral.

.....”

(NR)

Art. 57. Ficam revogados os art. 15, 16, 17, 19, 20 e 21 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora

2025-13675





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.582, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.582/2023 e do PL 53 /2024, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/2023 apresentada ao projeto na comissão, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Maria do Rosário.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Ricardo Barros - Presidente, AJ Albuquerque, Lucas Ramos e Fausto Pinato - Vice-Presidentes, Carlos Henrique Gaguim, David Soares, Eros Biondini, Jefferson Campos, Raimundo Santos, Ricardo Galvão, Rodrigo Rollemberg, Rui Falcão, Vitor Lippi, Amaro Neto, André Figueiredo, Bebeto, Cabo Gilberto Silva, Daiana Santos, Delegado Bruno Lima, Dr. Zacharias Calil, Iza Arruda, Jandira Feghali, Luisa Canziani, Maria do Rosário, Mersinho Lucena, Pedro Uczai, Reimont, Ricardo Abrão, Saulo Pedroso e Tabata Amaral.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2025.

Deputado RICARDO BARROS
Presidente



COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.582, DE 2023

Apensado: PL nº 53/2024

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL e estabelece direitos e deveres dos provedores e usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL e estabelece:

I - princípios que harmonizam as dimensões individuais e coletivas dos direitos e liberdades fundamentais constitucionais exercidos na internet;

II - objetivos que garantem a pluralidade de convicções, a liberdade de expressão, a ordem social nas redes e a redução dos danos causados às pessoas e à coletividade pelo uso ilegal da internet;

III - normas que delimitam direitos e deveres:

a. dos usuários de aplicação de internet, ao regular o exercício simultâneo de direitos e liberdades fundamentais, preservando o equilíbrio necessário à eficácia que lhes confere a Constituição Federal;

b. dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, em cumprimento à Constituição Federal, que garante liberdade à iniciativa privada, fundamento de direitos e impõe função social às empresas, base para o estabelecimento de deveres e responsabilidades.



IV - normas que asseguram a integração entre poderes e órgãos públicos e destes com provedores e organizações da sociedade civil na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

V - regras de aplicação, interpretação e execução desta lei.

TÍTULO I

DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E COMBATE INTEGRADO À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O SBDL é baseado no regime legal de responsabilidade compartilhada decorrente da organização dos poderes públicos e da função social das empresas, ambas determinadas na Constituição Federal.

Art. 3º A defesa da liberdade de expressão, o ambiente digital seguro, o acesso à informação e o combate à prática de atos ilegais na internet é direito de todos os brasileiros e seu exercício regular é de relevante interesse público.

CAPÍTULO II

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 4º Esta lei é aplicável aos poderes públicos, aos órgãos essenciais à justiça, aos provedores e aos usuários de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, cujos atos sejam praticados, no todo ou em parte, em território brasileiro ou que nele produzam ou possam produzir efeitos.

§ 1º Aplica-se esta lei aos provedores que prestem serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários em caráter acessório a outras funcionalidades.



§ 2º A aplicação desta lei não prejudica a legislação que regula outros aspectos da prestação destes serviços, notadamente:

I - Código Civil (CC) - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

II - Marco Civil da Internet (MCI) - Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;

III - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;

IV - Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003;

V - Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

VI - Lei que institui o Conselho de Comunicação Social (LCCS) - Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;

VII - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

VIII – Código Penal (CP) - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

IX - Marco Legal da Atividade Publicitária (MLAP) - Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965;

X - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) - Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;

XI - Lei dos Direitos Autorais (LDA) - Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - aplicação de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;



II - aplicação de internet de grande alcance: aplicação de internet cuja soma dos números de usuários remetentes e de usuários destinatários de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários seja superior a dez milhões por mês;

III - armazenamento de conteúdo de usuário: serviço de guarda virtual que consiste no armazenamento de informações prestadas por um usuário do serviço a pedido deste;

IV - dados de identificação: as informações contidas em documento válido no território brasileiro relativas ao nome da pessoa física ou jurídica e ao número de inscrição no CPF ou no CNPJ ou, no caso de estrangeiro, o nome civil, o país emissor e o número do passaporte;

V - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

VI - provedor: pessoa jurídica pública ou privada que detém direitos ou exerce controle de aplicação de internet, prestando serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo a pedido de usuário por meio de aplicação de internet;

VII - registro de acesso: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP;

VIII - terminal: o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet;

IX - transmissão de conteúdo de usuário: serviço de transmissão de dados a pedido de usuário remetente para usuário destinatário que pode abranger armazenamento automático, intermediário e temporário dos dados, desde que efetuado apenas com o objetivo de tornar mais eficaz a transmissão posterior a outros usuários destinatários;

X – tratamento de dados: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação,



utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - usuário destinatário: aquele que recebe ou interage com conteúdo ou conta ou, ainda, aquele a quem o conteúdo ou a conta são exibidos por meio da prestação de serviço de transmissão ou de armazenamento de conteúdo na aplicação de internet do provedor por ação de usuário remetente;

XII - usuário remetente: aquele que usa serviço prestado por provedor de aplicação de internet para solicitar transmissão ou armazenamento de informações para usuário destinatário.

Parágrafo Único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, conforme estabelece o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º São princípios do SBDL e da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - PNDL:

I – defesa da democracia, do estado democrático, do pluralismo de ideias, inclusive políticas, e dos direitos sociais;

II - garantia de efetividade aos direitos e liberdades fundamentais constitucionais, especialmente dos direitos à vida, à dignidade, à honra, à imagem e à intimidade e das liberdades de pensamento, de convicções, de crenças religiosas, de desenvolvimento da personalidade e de expressão;

III - liberdade de imprensa e de acesso à informação;



IV – exercício harmônico de direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas;

V - preservação da dimensão coletiva de direitos e liberdades fundamentais;

VI – proteção prioritária de crianças e adolescentes e a máxima efetividade das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VII - proteção especial das mulheres e das pessoas idosas;

VIII - vedação de discriminações ilegais;

IX - respeito às minorias e à diversidade;

X - defesa do consumidor brasileiro;

XI - respeito ao conteúdo jornalístico original e às obras protegidas por direitos autorais e conexos, bem como à remuneração devida aos titulares;

XII - integração de ações públicas e privadas e regime legal de responsabilidade compartilhada que decorre da Constituição Federal;

XIII - celeridade da justiça;

XIV - desenvolvimento tecnológico e econômico e livre iniciativa;

XV - reconhecimento das aplicações de internet como ferramentas de valor social, geradoras de trabalho e renda, essenciais à liberdade de expressão e de imprensa, promotoras de cidadania e desenvolvimento econômico;

XVI - prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos;

XVII - prevenção, precaução e mitigação de riscos sistêmicos e de efeitos não previstos na concepção e no funcionamento das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários;



XVIII - interesse público no estabelecimento de normas privadas complementares àquelas que os Poderes Públicos, constitucionalmente limitados, podem estabelecer;

XIX - respeito aos fatos históricos bem documentados relacionados a medidas de restrição de liberdade de expressão e de imprensa impostas por órgãos públicos.

CAPÍTULO V DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do SBDL e da PNDL:

I - promover o bem comum e preservar a democracia e as pluralidades de consciência e de expressão que a sustentam;

II - impedir a censura ilegal das liberdades e a discriminação ilegal das pessoas, principalmente aquelas emanadas do poder público;

III - combater o abuso de poder econômico;

IV - promover a paz social, a justiça, a equidade e a inclusão;

V - reduzir a prática de atos ilegais na internet, bem como os danos causados às pessoas e à coletividade;

VI - assegurar a adoção de mecanismos efetivos de proteção prioritária de crianças e adolescentes na internet pelas autoridades públicas e pelos provedores;

VII - garantir o exercício regular de direitos e liberdades estabelecidos na Constituição Federal e na legislação brasileira, bem como o cumprimento de obrigações;

VIII - modernizar e ampliar os recursos tecnológicos disponíveis para agilizar o exercício das competências constitucionais pelos poderes públicos e das funções constitucionais dos órgãos essenciais à justiça;

IX - promover a integração das ações dos órgãos públicos e dos provedores e a cooperação técnica e financeira, destes com aqueles, com vistas à segurança e à celeridade da justiça;



X - incentivar o desenvolvimento de tecnologias e funcionalidades que ampliem o acesso a informações de qualidade e resguardem direitos;

XI - garantir que os provedores e os serviços das aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo respeitem a ordem jurídica e o povo brasileiros;

XII - fomentar a gratuidade do uso de aplicações de internet geradoras de trabalho e de renda e daquelas relevantes ao exercício da cidadania, por meio do reconhecimento da legitimidade do equilíbrio econômico necessário à sua manutenção pela iniciativa privada;

XIII - incentivar o estabelecimento de normas complementares por Entidade Privada de Autorregulação - EPA, regulada por esta lei e orientada pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, bem como a adoção de regras de governança;

XIV - fomentar a educação digital e o respeito às pluralidades de pensamento e de expressão legítimas.

CAPÍTULO VI

DOS PODERES PÚBLICOS

Seção I

Da Política Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 8º A PNDL reúne o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes para integração dos poderes públicos e órgãos essenciais à justiça na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

§ 1º São diretrizes para integração dos poderes públicos e dos órgãos essenciais à justiça, na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet:



I - a educação digital dos membros e servidores dos poderes públicos;

II - a organização integrada de seus órgãos e das respectivas ações com as desenvolvidas pelos provedores e pelas organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

III - a interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos, inclusive entre os diferentes poderes e âmbitos da Federação e entre estes e os setores da sociedade, para permitir o intercâmbio de informações;

IV - a modernização da estrutura e dos recursos tecnológicos disponíveis para promover a celeridade no exercício das funções públicas, com apoio do CDLE e da sociedade civil, para promover o bem comum, a segurança e a celeridade da justiça;

V – a participação no Conselho de Comunicação Social - CCS, criado no art. 224 da Constituição Federal e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, através da designação de representantes no CDLE.

§ 2º São instrumentos de efetivação da PNDL, entre outros:

I - o plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet;

II - os atos praticados no âmbito do CDLE;

III - as ações dos poderes públicos, dos órgãos essenciais à justiça e sua integração com os provedores e as organizações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

IV - as ações desenvolvidas pelo CDLE no âmbito do Conselho de Comunicação Social;

V - as pesquisas científicas e tecnológicas e o bom uso de seus resultados;

VI - a educação digital da população brasileira.



Seção II

Do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet

Art. 9º Cabe ao Poder Executivo Federal a elaboração do Plano Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de dez anos, a ser atualizado a cada dois anos, contendo:

- I - diagnóstico atualizado do cenário;
- II - proposição de cenários e prognósticos, incluindo análise das tendências internacionais;
- III - metas e estratégias de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet;
- IV - programas, projetos e ações para o atendimento das metas estabelecidas, incluindo o incentivo à implementação de planos estaduais, distrital e municipais integrados ao plano nacional;
- V - ações de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e ao aproveitamento de tecnologias para defender a liberdade de expressão e combater a prática de atos ilegais na internet;
- VI - ações de promoção da educação digital da população brasileira;
- VII - ações que promovam o respeito à diversidade, inclusive de crenças e opiniões e a harmonia social;
- VIII - ações de integração entre as forças policiais, o Ministério Público e o Poder Judiciário e destes com os provedores de aplicação de internet;
- IX - ações que incentivem a participação de órgãos públicos e da sociedade civil em programas de defesa da liberdade de expressão e de combate à prática de atos ilegais na internet da sociedade civil, bem como o estabelecimento de metas de participação;



X - diretrizes para o planejamento de atividades que visem à defesa da liberdade de expressão e o combate integrado à prática de atos ilegais na internet pelos órgãos e entidades públicos;

XI - normas e condições de acesso a recursos da União, ou a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal;

XII – metas para aplicação de recursos públicos na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet;

XIII - meios de controle e fiscalização, no âmbito nacional, das ações do poder público estabelecidas no plano nacional;

XIV - criação de indicadores que auxiliem a avaliação de impacto das ações do poder público na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

Parágrafo único. O plano nacional será elaborado com participação social e considerará, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais e os relatórios elaborados pelo CDLE.

Seção III

Do Uso de Aplicações de Internet de Transmissão e Armazenamento de Conteúdo de Usuários pelos Poderes Públicos

Art. 10. É de interesse público o uso de aplicações de internet de transmissão e armazenamento de conteúdo de usuários pelos poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelos órgãos essenciais à justiça, não lhes cabendo restringir a publicidade das contas e dos conteúdos sob sua responsabilidade.

§ 1º A conta de pessoa jurídica do poder público deve disponibilizar canal para qualquer usuário da aplicação de internet reportar desinformação veiculada na conta institucional.

§ 2º Não caracteriza restrição à publicidade da conta e dos conteúdos a limitação ou supressão de manifestação pública de outro usuário da aplicação de internet na conta da pessoa jurídica do poder público.



§ 3º São vedados aos órgãos e entidades dos poderes públicos o uso e a contratação de serviço de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que não cumpra a legislação brasileira.

§ 4º A vedação do § 3º deste artigo não se aplica ao uso e à contratação de aplicação de internet estrangeira para comunicação com usuários fora do território nacional, no interesse dos brasileiros que estejam provisória ou definitivamente fora do país ou das relações exteriores do Brasil.

Art. 11. Em observância ao disposto no art. 53 da Constituição Federal, as contas institucionais dos parlamentares em exercício, bem como seu conteúdo, somente poderão ser suprimidos ou ter alcance restringido por provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários em caso de ilicitude do conteúdo ou violação às políticas dos provedores, após ouvidas as razões dos parlamentares em prazo.

§ 1º A faculdade de ter mais de uma conta em uma aplicação de internet estende-se aos parlamentares em exercício, desde que disponível para todos os usuários.

§ 2º Os parlamentares em exercício poderão indicar apenas uma conta como institucional em cada aplicação de internet.

§ 3º Cabe ao provedor da aplicação de internet estabelecer os procedimentos de indicação das contas institucionais e de verificação de sua autenticidade, sendo-lhes vedado obstruir a imunidade parlamentar ou estendê-la indevidamente.

§ 4º Os provedores de aplicação de internet manterão junto às publicações de contas institucionais de parlamentares mecanismo que permita a usuários interessados:

- I - complementar dados ou informações divulgadas;
- II - visualizar e avaliar a pertinência e a qualidade das informações acrescentadas pelos demais usuários.

§ 5º As informações de que trata o § 4º serão tornadas públicas a todos os usuários da plataforma caso recebam aprovação de número



representativo de usuários, assegurada à comprovação do conteúdo divulgado por checadores de fatos, nos termos e condições definidos pelo provedor de aplicação.

§ 6º O provedor de aplicação deve dar ampla publicidade aos termos e condições de que trata o § 5º.

Art. 12. Os órgãos e entidades do poder público deverão conferir transparência ativa aos dados dos contratos que celebrarem com provedores de aplicações de internet, nos termos da legislação de transparência e acesso à informação.

TÍTULO II

DA TRANSMISSÃO E DO ARMAZENAMENTO DE CONTEÚDO DE USUÁRIOS EM APLICAÇÕES DE INTERNET

CAPÍTULO I

DOS USUÁRIOS

Seção I

Dos Direitos

Art. 13. Ao usuário de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários são assegurados os seguintes direitos:

I – identificação do provedor na interface da aplicação de internet, bem como de sua representante brasileira, caso sediado fora do território nacional;

II - adequação do ambiente da aplicação de internet à faixa etária recomendada pelo provedor nos termos e condições de uso;

III - não-discriminação ilegal ou abusiva e correção de critérios adotados para segmentação e perfilização;

IV - identificação, em tempo real, da interação direta com sistema automatizado e suas características;



V - privacidade e proteção de dados pessoais, nos termos da legislação específica;

VI - inviolabilidade e sigilo de comunicações privadas, salvo determinação contrária por ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

VII - correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante requerimento próprio;

VIII - exclusão de dados pessoais, mediante requerimento próprio, ressalvados aqueles necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda legalmente impostos ao provedor;

IX - disponibilização de informações claras e objetivas pelo provedor, nos termos e condições de uso, sobre:

a) a descrição geral da aplicação de internet e das finalidades de seu uso;

b) a faixa etária à qual o uso da aplicação é adequado;

c) a natureza e finalidade do tratamento de dados pessoais e suas consequências e o uso de sistema automatizado com essa finalidade, se houver;

d) os tipos de segmentação e perfilização adotados e os dados utilizados para estas finalidades, bem como as consequências para o usuário;

e) as funções e características gerais dos sistemas automatizados envolvidos nos processos de tomada de decisão, segmentação, perfilização e moderação de conteúdo e conta;

f) as circunstâncias em que poderá haver interação direta do usuário com sistema automatizado;

g) as medidas de segurança que podem ser determinadas pelo provedor preventiva e reativamente, incluídas aquelas de moderação de conteúdo ou conta;

h) os procedimentos necessários para o exercício de direitos pelo usuário junto ao provedor.



X - conhecimento dos dados e critérios utilizados e da base legal ou contratual para os atos do provedor que envolvam supressão ou restrição de sua conta ou conteúdo, acompanhados de indicação se a decisão se deu, no todo ou em parte, por sistema automatizado, caso em que deverão ser informadas ainda:

a) a descrição geral do sistema automatizado;

b) a proporção da contribuição do sistema automatizado para a tomada da decisão;

XI - contestação das decisões tomadas pelo provedor relacionadas à restrição ou supressão de sua conta ou de conteúdo em relação ao qual requereu transmissão ou armazenamento, de forma simples, expedita e gratuita;

XII - notificação ao provedor do uso da aplicação por outros usuários para transmitir ou armazenar conteúdo ilegal, de forma simples e gratuita;

XIII - obtenção de resposta fundamentada, em linguagem clara, no idioma português e em prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso, à sua notificação ou contestação;

XIV - solicitação de intervenção ou revisão humana de decisão que envolva preponderantemente sistema automatizado e seja apta a produzir efeitos jurídicos relevantes ou que impactem de maneira significativa seus interesses;

XV - solicitação de substituição de conteúdo ou conta suprimidos pela decisão do provedor ou pela ordem judicial que determinou a supressão;

XVI - reparação civil de danos causados pelo uso ilegal da aplicação de internet, bem como a provocação das autoridades competentes com vistas à responsabilização criminal, quando for o caso, do usuário que solicitou a transmissão ou o armazenamento do conteúdo danoso;

XVII - transmissão ou armazenamento de conteúdo que consista em exercício de direito de resposta, de forma proporcional ao agravo,



mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4 e do art. 50 desta lei.

XVIII – acesso a informações que permitam a identificação do usuário que cometer os crimes previstos nos arts. 138 e seguintes do capítulo V, do Título I, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, quando vítima desses crimes.

§ 1º Prazo razoável é aquele previamente homologado pela EPA ou aquele estabelecido pelo provedor e que promova o equilíbrio entre:

I - a gravidade do dano coletivo potencial da transmissão ou armazenamento do conteúdo reportado em notificação;

II - o alcance potencial ou obtido do conteúdo reportado em notificação já obteve;

III - o volume de notificações relacionadas àquele conteúdo.

§ 3º São nulos de pleno direito os termos e condições que violem direitos estabelecidos neste artigo.

§4º A identificação do usuário prevista no inciso XVIII deverá ser utilizada apenas para fins judiciais ou processuais, sendo garantido ao denunciante o acesso à identificação do usuário suspeito, incluindo endereço e identidade, quando disponível no âmbito do serviço, para fins de citação judicial, em obediência à vedação constitucional ao anonimato, conforme disposto no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal.

Seção II

Do Dever Constitucional de Identificação

Art. 14. Em cumprimento à vedação estabelecida no inciso IV do art. 5º da Constituição Federal, o usuário deverá identificar-se por meio do seu cadastro de pessoa física, CPF, para exercer sua liberdade de expressão.

§ 1º A proteção conferida no art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal determina o caráter sigiloso dos dados pessoais, bem como impõe que o registro e a guarda observem a legislação específica.



§ 2º Somente ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, poderá determinar a exibição de registro.

§ 3º A identificação de uma pessoa física ou jurídica é necessária ainda que a aplicação de internet seja usada no interesse de entidade despersonalizada.

§ 4º Quando a potencial vítima de ato ilegal praticado na internet for criança ou adolescente, a exibição do registro poderá ser requisitada por autoridade policial ou pelo Ministério Público, em cumprimento ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal.

Seção III

Das Vedações

Art. 15. É vedado ao usuário:

I - requerer transmissão ou armazenamento de conteúdo em relação ao qual tenha conhecimento de que o teor ou os efeitos sejam contrários aos termos e condições de uso da aplicação de internet ou à legislação brasileira;

II - reputar ilegalidade ou desconformidade contratual a conteúdo ou conta em relação a que tenha conhecimento da legalidade ou da conformidade;

III - impedir que o provedor publique, em sua conta na aplicação de internet, se houver, conteúdo que consista em resposta a agravo para o qual tenha contribuído, mediante ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Seção IV

Das Responsabilidades

Art. 16. O usuário é responsável civil e criminalmente por todos os atos que pratica ao usar aplicação de internet, inclusive os relacionados a



sua identificação para o provedor e à disseminação de conteúdo de autoria de terceiros.

CAPÍTULO II

DOS PROVEDORES

Seção I

Dos Direitos

Art. 17. São direitos do provedor de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários:

I - manutenção do equilíbrio econômico, nos casos em que o uso do serviço seja gratuito;

II - preservação do segredo comercial ou industrial, dos quais faz parte o balanceamento de critérios de segmentação e perfilização por sistemas automatizados;

III - livre estabelecimento de termos e condições de uso da aplicação de internet, observada a ordem jurídica brasileira, notadamente esta lei e aquelas elencadas no art. 4º, § 2º;

IV - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos contrários às condições de uso da aplicação, preventiva ou reativamente, e a aplicação de medidas de supressão ou restrição de conteúdo, conta ou remuneração de usuário, desde que a moderação e seus processos constem dos termos e condições de uso;

V - livre associação a outros provedores e adesão a normas complementares de autorregulação setorial;

VI - elaboração e adoção de códigos de conduta e outras medidas de governança empresariais.

Parágrafo único. O direito estabelecido no inciso I representa garantia de equilíbrio econômico e seu exercício está condicionado, cumulativamente:



I - à proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação específica;

II - ao aceite expresso e específico do usuário.

Seção II

Do Direito Específico do Provedor de Transmissão de Conteúdo de Usuários

Art. 18. O provedor de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuários poderá adotar mecanismos de privacidade para garantir o sigilo das comunicações interpessoais insculpido no art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não poderão ser adotados mecanismos de privacidade que impeçam o provedor de cumprir deveres de registro e de guarda ou deveres específicos estabelecidos nesta lei.

Seção III

Dos Deveres Gerais nos Termos e Condições de Uso

Art. 19. O provedor de aplicação de internet deverá garantir a adequação dos termos e condições de uso à ordem jurídica brasileira e publicá-los com licença aberta e em formato legível por máquina.

Parágrafo único. Os termos e condições de uso deverão ser redigidos no idioma português, em linguagem clara e objetiva e elencar os direitos e deveres do provedor e dos usuários, devendo conter ainda:

I - endereço eletrônico do provedor para recebimento de citações e intimações, nos termos da legislação processual;

II - sumário com as principais características dos serviços e os principais elementos contidos nos termos e condições de uso;

III - faixa etária dos usuários aos quais o serviço se destina;

IV - riscos potenciais do uso da aplicação e mecanismos de controle parental fornecidos ou compatíveis com a aplicação de internet;



V - informações sobre rastreamento de navegação para além de sua interface;

VI - os tipos de conteúdos que não poderão ser transmitidos ou armazenados;

VII – informação de que o conteúdo e a conta do usuário estarão sujeitos a medidas de segurança, inclusive à moderação, conforme explicitado de forma clara e transparente nos termos de serviço;

VIII - informação sobre as circunstâncias em que as medidas de segurança poderão ser implementadas e suas consequências, especificando-as;

IX – informações sobre procedimentos para notificação do provedor e contestação de suas decisões;

X - os prazos estipulados para resposta a notificação e a contestação de decisão do provedor emanadas do usuário;

XI - descrição geral dos sistemas automatizados e os principais parâmetros de recomendação, segmentação, perfilização e moderação;

XII - advertência sobre a responsabilidade civil e criminal do usuário pelos atos praticados por meio da aplicação de internet, inclusive os relacionados à sua identificação civil e à disseminação de conteúdo ilegal de autoria de terceiros.

Art. 20. Os termos e condições de uso são cláusulas de contrato de adesão que obrigam o provedor e, ainda, o usuário que o aceitar expressamente, assegurado o dever de informação, de forma acessível e simples.

§ 1º É válido o aceite expresso do usuário civilmente capaz, devendo o provedor, sob pena de nulidade do ato de consentimento, observar a legislação civil quanto à necessidade de representação ou assistência dos absoluta e relativamente incapazes.

§ 2º O tratamento de dados pessoais pelo provedor requer aceite expresso e específico do usuário, nos termos da legislação pertinente à



proteção de dados pessoais, sendo facultado ao provedor condicionar o uso gratuito da aplicação de internet a tal aceite.

§ 3º O provedor poderá alterar unilateralmente os termos e condições de uso, desde que:

I – informe previamente o usuário, de forma clara, os termos da alteração e a sua justificativa da alteração; e

II - colete o consentimento do usuário para as novas funcionalidades ou serviços decorrentes da atualização e garanta a possibilidade de resolução do contrato, em prazo razoável.

Seção IV

Dos Deveres Gerais de Identificação, Registro e Guarda

Art. 21. O provedor deverá exigir a identificação de uma pessoa física ou jurídica responsável por conteúdo e por conta.

§ 1º O provedor deverá registrar e guardar os dados pessoais em caráter sigiloso, pelo prazo de um ano, assegurando a proteção contida no inciso LXXIX, do art. 5º da Constituição Federal e na legislação específica.

§ 2º É responsabilidade do provedor promover o registro dos acessos às contas e manter a guarda das informações pelo prazo de um ano.

§ 3º Ordem judicial ou requerimento de autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou investigação de seu descumprimento pode determinar a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei, desde que observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º, do art. 50 e do art. 52.

§ 4º Somente ordem judicial específica poderá determinar a disponibilização de registro de identificação ou de acesso, de forma autônoma ou associada a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.



§ 5º A disponibilização de registros de que trata o § 4º poderá ser determinada ainda pela autoridade policial ou pelo Ministério Público, nos casos em que a identificação do usuário ou do terminal for indispensável à prevenção de risco iminente ou à preservação da vida ou da integridade física de criança ou adolescente.

Art. 22. O provedor deverá guardar pelo prazo de um ano, a partir da remoção ou supressão, dados e informações de conteúdo e conta que tenha restringido ou suprimido, bem como quaisquer dados conexos, em cumprimento aos deveres estabelecidos nesta lei.

Seção V

Do Dever Geral de Remoção de Conteúdos Ilegais

Art. 23. O provedor é responsável pela remoção de todo conteúdo manifestamente ilegal, notadamente o que:

I - defenda, promova ou incite a violência, a intolerância, a discriminação ou qualquer distinção ilegal que importe em exclusão ou restrição em função de características pessoais;

II - tenha como efeito anular ou restringir o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, de direito ou liberdade fundamental, especialmente em razão de características pessoais e convicções políticas ou religiosas;

III - apresente indícios de abuso contra criança ou adolescente, incluindo pornografia infantil, crimes contra a soberania nacional, contra o estado democrático de direito, de terrorismo, crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, e tráfico de pessoas;

IV - contrarie as normas brasileiras relacionadas a publicidade e propaganda.

V – configure prática de crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, nos termos do art. 122 do Código Penal.



§ 1º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade às normas brasileiras pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica.

§ 2º As obrigações previstas no caput deste artigo são aplicáveis a todas as partes do conteúdo, inclusive imagem, vídeo, miniatura, título, descrição e etiquetas.

§3º No caso dos danos decorrentes de conteúdos que configurem prática de crimes graves, o provedor será responsabilizado civilmente por falha sistêmica quando deixar de adotar medidas adequadas para sua prevenção ou remoção, notadamente nos casos previstos nos incisos I, II, III e V deste artigo.

§4º Conteúdo manifestamente ilegal é aquele cuja contrariedade às normas brasileiras pode ser atestada de pronto, por qualquer pessoa sem conhecimento técnico-jurídico ou qualificação específica

Art. 24. Nas hipóteses dos crimes previstos nos arts. 138 e seguintes do capítulo V, do Título I, da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, o provedor de aplicações de internet não será responsável por remover conteúdo gerado por terceiros, exceto após ordem judicial específica, e sem prejuízo da possibilidade de remoção por notificação extrajudicial.

Seção VI

Dos Deveres Específicos do Provedor que Oferece Condições Diferenciadas de Uso para Finalidades Comerciais

Art. 25. O provedor de aplicação de internet de transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuários que ofereça condições diferenciadas de uso para finalidades comerciais deverá garantir que a transmissão do conteúdo contenha identificação do usuário remetente acessível ao usuário destinatário.



Seção VII

Dos Deveres Específicos do Provedor Remunerado

Art. 26. O provedor de aplicação de internet que prestar serviços mediante remuneração deverá informar quais serviços requerem remuneração, os tipos de conteúdo elegíveis, bem como aqueles que poderão ensejar limitação de alcance, em conformidade com a legislação brasileira.

Parágrafo único. Caracterizam prestação de serviço mediante remuneração, dentre outros, os seguintes:

- I - a publicidade de conteúdo ou conta;
- II - a propaganda, exceto aquelas a que a lei confira caráter gratuito;
- III - a ampliação de alcance de conteúdo ou conta;
- IV - a segmentação de usuários destinatários de transmissão ou armazenamento de conteúdo específico.

Art. 27. O provedor deverá registrar e guardar documento de identificação da pessoa responsável pelo contrato de prestação de serviço mediante remuneração e, caso não seja a mesma, da pessoa responsável pela produção do conteúdo transmitido ou armazenado, observada a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Os dados das pessoas físicas serão registrados e guardados em caráter sigiloso, exceto na hipótese mencionada no art. 24, observadas as disposições e exceções contidas na legislação específica de proteção de dados pessoais e de defesa do consumidor.

§ 2º O dever de guarda subsiste até um ano após a transmissão ou armazenamento do conteúdo.

§ 3º O descumprimento do dever estabelecido no caput deste artigo permite que o conteúdo transmitido ou armazenado seja atribuído ao provedor como próprio.



Art. 28. O provedor deverá identificar de forma clara, inequívoca e em tempo real o caráter remunerado da transmissão ou do armazenamento aos usuários, fornecendo-lhes informações:

I - de que conteúdo é transmitido ou armazenado mediante remuneração, por meio de sinalização visível na interface da aplicação;

II - dos principais parâmetros utilizados para determiná-lo como destinatário da transmissão ou armazenamento do conteúdo, acessíveis a partir do conteúdo pago;

III - das formas de alteração dos parâmetros de segmentação pelo usuário, se houver.

Seção VIII

Dos Deveres Específicos dos Provedores de Armazenamento

Art. 29. O provedor de aplicação de internet de armazenamento, em cumprimento à função social constitucionalmente atribuída à empresa, deverá adotar as seguintes medidas de moderação de conteúdo ilegal reativamente:

I - adoção de mecanismos de identificação de conteúdos ilegais, de forma preventiva e reativa;

II - restrição de alcance ou supressão de conteúdo e conta e da remuneração de usuário, nas condições estabelecidas nesta lei, a partir do momento em que tenha conhecimento da ilegalidade do conteúdo.

§ 1º O provedor deverá adotar medidas preventivas de supressão de conteúdo que contenha imagens, vídeos ou outros materiais que representem abuso, inclusive sexual, de crianças e adolescentes, nos termos da Lei nº 15.211 de 17 de setembro de 2025.

§ 2º Os mecanismos de identificação de conteúdos ilegais podem ser automatizados, caso o uso do serviço seja gratuito e o provedor seja associado à Entidade Privada de Autorregulação - EPA.



Art. 30. Presume-se o conhecimento do provedor sobre a transmissão ou armazenamento de conteúdo ilegal na aplicação de internet quando:

I - intimado regularmente de ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei;

II - recebido requerimento específico validamente emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, observado o disposto no art. 52 desta lei;

III - notificado por qualquer usuário, na forma estabelecida e após o decurso integral do prazo razoavelmente estipulado nos termos e condições de uso para resposta, que informe que conteúdo ou uma conta específicos:

a) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, sem autorização de seus participantes;

b) é manifestamente ilegal, nos termos do § 1º do art. 23.

Art. 31. O provedor de internet deverá remunerar o titular de direitos econômicos pela transmissão, armazenamento ou indexação do conteúdo.

§ 1º São titulares de direitos econômicos, para os fins desta lei:

I - aquele que a legislação brasileira de direitos autorais e conexos assim caracterizar;

II - a pessoa jurídica estabelecida no Brasil que, independente do meio utilizado, promova regularmente a edição de jornal, revista ou qualquer outro tipo de repositório de notícias.

§ 2º O titular de direitos econômicos ou seu representante deverá notificar o provedor da sua intenção de firmar contrato de remuneração.

§ 3º As condições, critérios, formas e prazos de remuneração dos titulares de direitos econômicos deverão considerar a totalidade das



receitas, inclusive de publicidade, geradas em benefício do provedor e serão estabelecidos em contrato.

§ 4º Caso o provedor se recuse ou permaneça inerte por mais de quinze dias após o recebimento da notificação, o titular de direitos econômicos poderá requerer que as condições, critérios, formas e prazos de remuneração sejam estabelecidos por decisão judicial.

§ 5º O titular de direitos econômicos poderá excluir do dever de remuneração a transmissão ou armazenamento exclusivo de Localizador Padrão de Recurso (URL) e o uso de hiperlinks pelo provedor.

§ 6º É vedado ao provedor frustrar ou reduzir a remuneração devida ao titular de direitos econômicos por quaisquer meios, inclusive por meio de contabilização de receitas em domicílio fiscal situado no exterior.

§ 7º Excluem-se do dever de remuneração os usos permitidos por limitações e exceções legais aos direitos autorais e conexos.

Seção IX

Dos Deveres Específicos do Provedor de Transmissão

Art. 32. O provedor que oferece serviço de transmissão de conteúdo de usuários, mesmo que de forma acessória a outros serviços, sem acesso ao teor do conteúdo que transmite, deverá guardar informações suficientes para identificar a primeira conta da cadeia de transmissões cujo conteúdo for denunciado como ilegal por um ou mais usuários da aplicação de internet.

§ 1º O dever de guarda permanece até um ano após a última denúncia ou última transmissão, o que ocorrer por último.

§ 2º O provedor só poderá disponibilizar as informações relacionadas no caput deste artigo em cumprimento a ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 33. O provedor de serviço de transmissão de conteúdo de usuários deverá adotar mecanismos para garantir que o usuário possa:



I - consentir previamente para ser incluído em grupos de mensagens, listas de transmissão ou outros tipos de agrupamentos de usuários;

II - modificar os parâmetros relacionados à necessidade de identificação do usuário remetente na lista de contatos do usuário destinatário ou à necessidade de identificação do usuário destinatário na lista de contatos do usuário remetente.

Parágrafo único. O provedor deverá garantir que o conteúdo de usuário remetente que utilize o serviço para difusão ao público de informações não criptografadas em que usuários podem se inscrever como destinatários contenha etiqueta de identificação da conta de origem quando transmitido.

Seção X

Dos Deveres Específicos do Provedor de Aplicação de Internet de Grande Alcance

Art. 34. Os provedores de aplicação de internet de grande alcance devem manter a informação de que a aplicação de internet é caracterizada como de grande alcance acessível ao público em geral, não somente aos usuários.

Parágrafo único. As aplicações de internet de grande alcance serão consideradas meios de comunicação social para efeitos:

I - de aplicação das normas brasileiras relacionadas à publicidade e à propaganda;

II - do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a partir de 15 de agosto do ano eleitoral e até o encerramento da eleição.

Art. 35. Os provedores, considerando a ampliação do risco de danos ocasionada pela velocidade de disseminação de conteúdos e pelo grande alcance da aplicação de internet, serão obrigados a:

I - elaborar e adotar código de conduta empresarial;



II - disponibilizar ao usuário repositório dos conteúdos pagos destinados a ele nos últimos seis meses;

III - aprimorar continuamente os processos de moderação de conteúdo para garantir mais agilidade e qualidade às decisões de restrição ou supressão e às respostas a notificações e contestações de usuários.

IV – adotar medidas de identificação, análise e atenuação de riscos sistêmicos decorrentes da concepção ou do funcionamento da aplicação de internet e de seus sistemas, inclusive automatizados;

V – elaborar relatórios semestrais de atuação que demonstrem o cumprimento dos deveres legais e autorregulatórios e as ações implementadas em defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais;

VI - apresentar os relatórios semestrais mencionados no inciso V do caput deste artigo ao CDLE para análise.

§ 1º Os relatórios mencionados no inciso V do caput deste artigo deverão incluir o número de usuários da aplicação de internet atualizado e:

I - o número de notificações de usuários sobre conteúdo ilegal e de decisões de supressão e de restrição tomadas reativamente;

II - o número de contestações de usuários às medidas de moderação e de decisões revertidas;

III - informações sobre os tipos de ilegalidade que mais ensejaram medidas de restrição e supressão, tanto aplicadas diretamente pelo provedor, quanto em cumprimento a determinações judiciais;

IV - informações sobre medidas de moderação preventiva e sua efetividade, especialmente aquelas que visam impedir a disseminação de conteúdos relacionados a abusos contra crianças e adolescentes, impactos negativos relevantes na dimensão coletiva de direitos e liberdade fundamentais, a incitação e a prática de crimes contra a soberania nacional, o regime democrático e o pluripartidarismo;



V - informações suficientes para demonstrar o cumprimento dos deveres estabelecidos nesta lei, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Cabe à EPA, ouvido o CDLE, estabelecer formas e critérios de cumprimento das obrigações elencadas nos incisos do caput deste artigo para os provedores associados, em caráter complementar a esta lei, sem contrariá-la.

§ 3º Caso a EPA não seja instituída nos moldes desta lei ou, ocorrendo sua instituição regular, se não forem editados os atos normativos complementares necessários à análise do CDLE, caberá a este Comitê estabelecê-los, com base nesta lei, sem contrariá-la.

§ 4º As análises do CDLE considerarão o conjunto de esforços e medidas adotadas pelo provedor, não cabendo análise de casos específicos.

Art. 36. O provedor deverá atender, em prazo razoável, requerimento do CDLE de acesso a informações gerais que contribuam para a defesa da liberdade de expressão e para o combate à prática de atos ilegais na internet pelos poderes públicos.

Seção XI

Do Dever de Adequação à Ordem Jurídica Brasileira do Provedor Estrangeiro

Art. 37. A prestação de serviços de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários por meio de aplicação de internet no âmbito especificado no art. 4º desta lei requer adequação à ordem jurídica brasileira.

Art. 38. O provedor estrangeiro deverá ser representado no Brasil por pessoa jurídica com capacidade funcional e financeira de cumprir integralmente as determinações de autoridades públicas brasileiras destinadas à representante.

§ 1º A pessoa jurídica representante deverá assumir em instrumento público, sob responsabilidade, as seguintes obrigações:



I - reconhecer os contratos de prestação de serviço mediante remuneração celebrados pela representante, inclusive os de publicidade, propaganda e ampliação de alcance;

II - garantir que o contrato de prestação de serviço mediante remuneração e que o conteúdo pago transmitido ou armazenado pela representada respeitem a ordem jurídica brasileira, inclusive em relação às restrições impostas à publicidade e à propaganda.

§ 2º O instrumento público de representação mencionará o endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações emitidas por autoridades brasileiras, nos termos da legislação processual, e deverá conter poderes específicos para que a representada, em âmbito judicial e extrajudicial:

I - receba citação, intimação, notificação e demais comunicações;

II - responda, manifeste, transija, firme compromisso e celebre acordo;

III - cumpra ordens judiciais e outras determinações das autoridades públicas brasileiras dirigidas à representada.

§ 3º A autoridade competente poderá requerer judicialmente a imposição de sanções à representante e à representada, inclusive a suspensão de atividades no Brasil, até o cumprimento integral das obrigações determinadas neste artigo.

§ 4º As empresas que compõem o grupo econômico da representante, em âmbito nacional ou internacional, são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações determinadas neste artigo.

Seção XII

Das responsabilidades dos provedores

Art. 39. O provedor só poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes da transmissão ou armazenamento de conteúdo de usuário caso o conteúdo seja objeto de:



I - ordem judicial específica, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei, da qual o provedor tenha sido regularmente intimado;

II - requerimento específico, observado o disposto no art. 55 desta lei, emitido por autoridade competente para fiscalização da aplicação da lei ou pela investigação de seu descumprimento, que tenha efetivamente recebido;

III - notificação de qualquer usuário, decorridos integralmente os prazos estipulados nos termos e condições de uso para respostas, que informe que o conteúdo:

a) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de abusos contra criança ou adolescente;

b) contém imagens, vídeos ou outros materiais que representem cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado, da qual o usuário afirme participar, transmitidos ou armazenamento sem sua autorização;

c) é manifestamente ilegal, nos termos do § 1º do art. 23.

IV - comprovação de descumprimento do dever de garantir a adequação à ordem jurídica nacional em relação a conteúdos transmitidos ou armazenamentos mediante remuneração ou do dever de proteção de dados pessoais.

§ 1º A notificação prevista no inciso III do caput deste artigo deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação e localização específicas do material ilegal e, caso o usuário notificante pretenda conscientemente induzir o provedor a erro, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente.

§ 2º A responsabilidade civil do provedor é subjetiva e solidária, enseja direito de regresso contra o usuário remetente e só é cabível quando, cumulativamente:

I - ocorrer uma das hipóteses especificadas no caput deste artigo; e



II - o provedor não tomar providências para, no âmbito e nos limites técnicos do serviço, restringir ou suprimir o conteúdo ou a conta.

Art. 40. A responsabilidade civil do provedor por conteúdo de usuário será objetiva apenas no caso de descumprimento de obrigação de registro ou de guarda estabelecida nesta lei.

Art. 41. A adesão voluntária do provedor de aplicação de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários à EPA constituída conforme esta lei enseja presunção de boa-fé e deverá ser considerada em decisões judiciais.

TÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NA DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

CAPÍTULO I

DO COMITÊ DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRAÇÃO NO COMBATE À PRÁTICA DE ATOS ILEGAIS NA INTERNET

Art. 42. A atribuição especial conferida na alínea “a” do caput do art. 2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 ao Conselho de Comunicação Social, será exercida, no âmbito da internet, pelo Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, instituído no âmbito do CCS como órgão multissetorial com autonomia funcional e regimento interno próprio.

CAPÍTULO II

DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PRIVADA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 43. Os provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, exercendo a liberdade



constitucional de associação, poderão instituir entidades privadas, inclusive de autorregulação.

Seção II

Da Entidade Privada de Autorregulação

Art. 44. A Entidade Privada de Autorregulação Regulada - EPA, desde que constituída e em operação integralmente conforme as disposições desta lei, participará do CDLE, nos termos da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O instrumento público de constituição da EPA deverá mencionar, no mínimo:

- I - sua autonomia funcional, orçamentária e financeira;
- II - sua sede e foro no Distrito Federal;
- III - sua jurisdição nacional; e
- IV - seu custeio pelos provedores que a ela aderirem.

Art. 45. O regimento interno da Entidade Privada de Autorregulação - EPA deverá:

- I - determinar que a participação financeira dos provedores no custeio da entidade observe o número de aderentes e a proporção da participação de cada um no mercado brasileiro;
- II - prever que haverá, dentre outros, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Superintendente-Geral;
- III - prever as hipóteses em que, no interesse da entidade, o Superintendente-Geral poderá substituir o Presidente ou o Vice-Presidente da entidade no CDLE;
- IV - prever a capacidade da EPA para celebrar acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça;
- V - estabelecer as competências da EPA, sem prejuízo daquelas constitucionalmente conferidas aos poderes públicos e das funções



do Ministério Público, observada a regulação desta lei e a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;

VI - prever o caráter obrigatório dos atos normativos e das decisões da EPA para os provedores associados.

Parágrafo único. As competências estabelecidas conforme os incisos IV a VI do caput deste artigo incluirão:

I - a edição de atos normativos que:

a) instituem obrigações complementares para efetivação dos objetivos do SBDL;

b) determinem os procedimentos necessários para cumprimento das obrigações complementares e estabeleçam critérios de avaliação;

c) instituem sanções por descumprimento das obrigações complementares, aptas a desencorajar seu descumprimento;

d) estabeleçam critérios de aplicação gradativa de penalidades que guardem proporção com a capacidade econômica do provedor;

II - a aplicação das sanções mencionadas na alínea “c” do inciso I do parágrafo único deste artigo;

III - a elaboração e o encaminhamento trimestral de relatórios para o CDLE que comprovem a atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

IV – a celebração de acordos de cooperação setoriais com os poderes públicos e os órgãos essenciais à justiça, com efeito vinculativo para os provedores associados;

V - a homologação de prazos razoavelmente estabelecidos pelos provedores associados nos termos e condições de uso das aplicações de internet de transmissão ou de armazenamento de conteúdo de usuários;

VI - outras que os provedores associados, observando esta lei, validamente estabelecerem.



TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Na interpretação e na aplicação desta lei serão levados em conta, além dos princípios e objetivos previstos e do regime legal de responsabilidade compartilhada, a natureza da internet, seus usos e costumes e sua importância para a promoção do desenvolvimento humano, econômico-social e cultural.

Art. 47. A distribuição de competências indelegáveis aos poderes públicos na Constituição Federal, assim como o estabelecimento de funções essenciais à justiça, impõem que a interpretação das obrigações e das hipóteses de responsabilização dos provedores de aplicação de internet seja sempre restritiva.

Art. 48. A guarda e a disponibilização dos registros de identificação e de acesso a aplicações de internet de que trata esta lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

Art. 49. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial ou arbitral, em caráter incidental ou autônomo, requerer justificadamente ao juiz que ordene ao provedor responsável pela guarda de registros de identificação de usuário determinado ou de acesso específico:

I - a prorrogação dos prazos de guarda estabelecidos nesta lei pelo prazo necessário à efetivação da justiça;

II - a exibição dos registros.

§ 1º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e



III - período ao qual se referem os registros.

§ 2º Sem prejuízo dos demais requisitos legais, a ordem judicial que determine a prorrogação do prazo legal de guarda de registros de identificação e acesso ou sua exibição ou aquela que determine a restrição ou supressão de conteúdo ou conta, deverá conter, sob pena de nulidade:

I - informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara, específica e suficiente;

II - determinação expressa e específica de limitação ou supressão de conteúdo ou conta determinados;

III - o prazo e a extensão das determinações contidas na decisão;

IV - as formas, as condições e o prazo relacionados ao exercício constitucional do direito de resposta, nos casos em que for determinado.

§ 3º A autoridade judicial deverá atentar-se para os prazos legais de guarda determinados nesta lei, devendo restringir as solicitações a conteúdo transmitido ou armazenado até um ano antes da data da intimação eletrônica do provedor.

§ 4º Caso a ordem judicial seja dirigida a provedor de transmissão, deverá limitar-se a determinar o fornecimento de informações suficientes para identificar a primeira conta denunciada por outros usuários, observada a contagem do prazo legal de guarda prevista no § 1º do art. 32.

§ 5º O juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 6º Não configura descumprimento de decisão judicial a prática de atos necessários ao cumprimento dos deveres de registro e guarda estabelecidos nesta lei.



Art. 50. Cabe ao juiz tomar as providências necessárias à garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário, podendo determinar segredo de justiça, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.

Art. 51. Na aplicação de sanções pelo descumprimento desta lei, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Art. 52. A autoridade policial ou o Ministério Público poderá requerer ao provedor que os registros de acesso sejam guardados por prazos superiores aos dos deveres de guarda, especificando as informações que permitam a identificação e a localização do conteúdo ou da conta pelo provedor de forma clara e suficiente.

§ 1º A autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de prorrogação do prazo legal de guarda ou de exibição dos registros.

§ 2º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no caput deste artigo, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 1º.

§ 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, observadas as disposições do art. 49, §§ 2º, 3º e 4º e do art. 50 desta lei.

Art. 53. A defesa dos interesses e dos direitos estabelecidos nesta Lei poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma da lei.

Art. 54. A Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991 passa a vigorar com as seguintes alterações:



"Art. 2º-A - É instituído, no âmbito do Conselho de Comunicação - CCS, o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE, órgão multissetorial, com autonomia funcional e regimento interno próprio cabendo-lhe, com exclusividade, no âmbito da internet, e nos termos da legislação, a atribuição elencada na alínea "a" do caput do art. 2º desta lei.

Art. 2º-B - Compete ao CDLE, no exercício da atribuição elencada na alínea "a" do caput do art. 2º desta lei, com autonomia e exclusividade:

I - promover a integração e a articulação entre os Poderes Públicos, os provedores de aplicação de internet e as organizações da sociedade civil para celebração de acordos de cooperação que:

a) confirmam proteção prioritária às crianças e adolescentes;

b) contribuam para a manutenção da saúde pública e a minimização de danos em calamidades públicas;

c) garantam celeridade à efetivação da justiça, inclusive através da disponibilização de ferramentas tecnológicas que contribuam para a eficiência no desempenho de funções constitucionais pelas autoridades competentes;

d) acelerem o desenvolvimento de tecnologias que proporcionem mais segurança ao ambiente virtual, especialmente na prevenção de crimes contra o estado democrático de direito, crimes de discriminação e crimes contra crianças e adolescentes;

e) contribuam na diminuição do número de medidas de moderação de conteúdos, sem prejudicar a segurança no ambiente da internet;

f) dificultem o fornecimento de informações pessoais falsas por usuários aos provedores;



g) permitam que informações de interesse social, como aquelas referentes à promoção da saúde pública ou à minimização de danos em calamidades públicas alcancem amplamente a população brasileira com menos gastos públicos;

h) otimizem as ações dos poderes públicos para promoção da cidadania, para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a geração de trabalho e renda aos brasileiros;

i) ampliem a eficácia das ações das autoridades públicas para proteção de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e qualquer outro grupo hipossuficiente;

j) consistam em apoio tecnológico ou financeiro dos provedores aos poderes públicos no desempenho de suas funções constitucionais;

k) promovam a integração geopolítica do Brasil com outros países na defesa da liberdade de expressão e no combate à prática de atos ilegais na internet.

II - trimestralmente, receber e analisar relatórios da Entidade Privada de Autorregulação - EPA, instituída conforme a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, que demonstre sua atuação e os avanços do setor no cumprimento das obrigações legais e autorregulatórias;

III - semestralmente, receber e analisar relatórios dos provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuário de grande alcance, nos termos da Lei do SBDL;

IV - anualmente, elaborar relatórios sobre as ações integradas e de seus resultados para subsidiar as atualizações do plano nacional de defesa da liberdade de expressão e combate à prática de atos ilegais na internet e encaminhá-los ao Poder Executivo federal;



V – elaborar seu regimento interno, observadas as disposições desta lei e da Lei do SBDL, que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Congresso Nacional;

VI - editar os atos normativos complementares à regulação estabelecida na Lei do SBDL, caso não seja instituída a Entidade Privada de Autorregulação - EPA, nos termos da lei referida, ou, havendo a instituição, caso a EPA não estabeleça normas autorregulatórias necessárias ao exercício das competências legais do CDLE.

Parágrafo único. É atribuição de cada membro do CDLE identificar e propor ações que promovam os objetivos elencados na Lei do SBDL.”

“Art. 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social - CCS, respeitadas a atribuição e as competências exclusivas conferidas nesta lei ao CDLE, elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela mesa do Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 4º

.....
.....

X - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuários;

XI - um membro representante das empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de usuários.

.....” (NR)

“Art. 4º-A - O Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet - CDLE compõem-se de:

I - dois representantes do Senado Federal;

II - dois representantes da Câmara dos Deputados;



- III - um representante do Ministério das Comunicações;
- IV - um representante do Ministério da Justiça e Segurança;
- V - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- VI - um representantes do Conselho Nacional de Justiça;
- VII - um representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- VIII - um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP);
- IX - um representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil;
- X - o Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;
- XI - o Vice-Presidente da Entidade Privada de Autorregulação - EPA;
- XII - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de transmissão de conteúdo de usuário associadas à EPA;
- XIII - quatro representantes de empresas provedoras de aplicação de internet de armazenamento de conteúdo de usuário associadas à EPA;
- XIV - um representante de associação de provedores de conexão à internet;
- XV - dois representantes de organizações da sociedade civil cuja finalidade seja semelhante a pelo menos um dos objetivos do SBDL.
- XVI - dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);



XVII - dois representantes de organizações da sociedade civil que integrem o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);

§ 1º Cada membro do CDLE terá um suplente exclusivo.

§ 2º Os membros elencados no inciso XIV do caput deste artigo e seus respectivos suplentes serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 3º Os membros do CDLE e seus respectivos suplentes serão nomeados pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 4º O regimento interno do CDLE, observada esta lei e as normas da Lei do SBDL, disporá, dentre outras regras, sobre:

I - sua coordenação, determinando os critérios de eleição, substituição e alternância;

II - o funcionamento normal do Comitê com a composição reduzida aos membros elencados nos incisos I a VIII, XIII e XIV do caput deste artigo, caso a EPA não seja instituída nos termos da Lei do SBDL;

III - o mandato dos membros do CDLE, cujo prazo será de dois anos, exceto para os membros mencionados nos incisos IX e X do caput deste artigo e as hipóteses de recondução;

IV - as sessões ordinárias e extraordinárias, sua convocação, o quórum de instalação e o de decisão;

IV - a autorização regimental para que o Superintendente-Geral da EPA, instituída nos termos da Lei do SBDL, substitua o Presidente e o Vice-Presidente da entidade nas sessões do CDLE, no interesse da EPA.

§ 5º A participação no CDLE é de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração.”

“Art. 8º



§ 1º Haverá nova eleição para o Conselho de Comunicação Social - CCS, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL, sendo permitida a recondução de membro em exercício.

§ 2º Os membros do CDLE mencionados no inciso XIV do artigo art. 4º-A desta lei serão eleitos pela Mesa do Congresso Nacional, em até trinta dias após a publicação da Lei do SBDL.

§ 3º Os membros do Conselho de Comunicação Social e o Comitê de Defesa da Liberdade de Expressão e Integração no Combate à Prática de Atos Ilegais na Internet serão nomeados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até quarenta dias após a publicação da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet, devendo ser instalado em até cinco dias após as nomeações.” (NR)

Art. 55. A Lei nº 13.709, de 14 de abril de 2018 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

...

.....

V - por provedores de aplicação de internet de transmissão e de armazenamento de conteúdo de usuários, naquilo que contrariar a Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Liberdade de Expressão e Combate Integrado à Prática de Atos Ilegais na Internet - SBDL.

....." (NR)

Art. 56. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

.....



VII - busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Art. 3º

.....

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, vedado o anonimato, nos termos da Constituição Federal;

.....

IX - rastreabilidade de conteúdo publicado, por meio de metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação;

X - integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral.

.....”

(NR)

Art. 57. Ficam revogados os art. 15, 16, 17, 19, 20 e 21 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2025.

Deputado Ricardo Barros
Presidente



FIM DO DOCUMENTO